



XII Simpósio de Pesquisa - ILES/ULBRA

A QUANTIFICAÇÃO DA INDENIZAÇÃO DO DANO MORAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO.

Larydiane Fernandes Balieiro(1)

Este estudo interdisciplinar teve como foco a quantificação da indenização do dano moral na justiça do trabalho, e como objetivo principal, apontou os critérios utilizados pelos magistrados na mensuração da extensão do dano moral e o fundamento do cálculo da indenização, e especificamente, mostrou a importância da responsabilização civil pela reparação dos danos morais causados ao empregado, em razão da defesa de seus direitos; esclareceu a competência sobre a questão de indenização do dano moral, se na justiça comum ou na justiça trabalhista; identificou as inovações legais sobre a responsabilidade civil de reparação do dano moral. A importância desse estudo justificou – se em função da análise de alguns dados bibliográficos quando demonstraram certa dúvida quanto ao critério utilizado pelo magistrado para quantificar a indenização do dano moral, pois nem sempre as partes lesadas ficam cientes do que foi observado para que chegasse aquele valor específico. Nessa pesquisa foi utilizado o método indutivo, que é a operação de estabelecer uma posição geral com base no conhecimento de certo número de dados singulares, por meio de levantamento bibliográfico, baseado em dados secundários, por abranger o que já publicou em torno do assunto dano moral decorrente das relações contratuais de trabalho em livros, teses, monografias. Como meio de observar o objeto de estudo em suas características múltiplas, a pesquisa se insere sob um enfoque interdisciplinar, ou seja, sobre a perspectiva de ramos distintos, porém com semelhanças no conhecimento, como direito do trabalho, que rege as relações de trabalho, determinando e especificando os direitos e deveres das partes no contrato trabalhista, como direito constitucional, que é a base de toda norma existente no ordenamento, como direito civil, que regula as ações no que concerne á atitudes civis jurídicas, para tornar justas todas estas. Assim, com o esclarecimento dos requisitos obedecidos para a quantificação da indenização do dano moral, foi de extrema valia, para que não fossem sanadas as dúvidas sobre o valor da indenização estabelecida pelo magistrado e assim, com o fim da explanação, a sociedade e, principalmente, o empregado sintiram-se seguros de que seus direitos estão sendo de fato tutelados.

Palavras-Chave: Responsabilidade Civil. Relação empregatícia. Reparação do dano.



XII Simpósio de Pesquisa - ILES/ULBRA

MEIO AMBIENTE LABORAL: ACIDENTES DO TRABALHO DECORRENTES DO DESCUMPRIMENTO DAS NORMAS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA DO TRABALHO

Vicente Deladio FERREIRA⁽¹⁾; Ana Paula Lazarino OLIVEIRA(1)

O presente estudo, cujo tema é “acidente do trabalho em consequência da degradação do meio ambiente laboral”, visa buscar resposta ao seguinte problema: por que apesar do direito ao meio ambiente de trabalho saudável estar amparado legalmente, inclusive, elevado à categoria constitucional, em pleno século XXI a degradação do meio ambiente laboral ainda é causa de acidente de trabalho? O objetivo geral do trabalho é demonstrar que a degradação do meio ambiente do trabalho é uma das principais causas dos acidentes do trabalho. De forma a atingir essa meta cumpri-se especificamente as seguintes etapas: analisa-se o conceito de meio ambiente laboral; abordam-se as causas dos acidentes do trabalho; verifica-se os dados estatísticos sobre os acidentes do trabalho no Brasil; aponta-se possíveis soluções para diminuir os índices destes acidentes; entende-se a razão do pouco interesse em dar efetividade às medidas de segurança e higiene do trabalho; e faz-se uma interpretação constitucional sobre o tema da pesquisa, analisando a jurisprudência dos tribunais brasileiros sobre o assunto. Este trabalho está sendo executado à maneira de pesquisa teórica, que visa um levantamento de dados bibliográficos acerca do assunto. O método da pesquisa é hipotético-dedutivo e as fontes utilizadas são primárias e secundárias. A importância do trabalho justifica-se por tratar de um tema pouco discutido no meio acadêmico e de grande relevância na busca por efetividade das garantias constitucionais. Além da relevância científica alhures descrita, a presente pesquisa possui importância social, justificada no alto índice de acidentes do trabalho registrado na realidade brasileira. A Constituição Federal de 1988 demonstra uma preocupação do constituinte com o meio ambiente do trabalho seguro e adequado e com a integridade física e saúde do trabalhador, além do que, no plano infraconstitucional (leis, regulamentos, portarias, etc.), há vasta regulamentação sobre o meio ambiente do trabalho. Não obstante isso, a realidade do dia-a-dia no tocante às condições de trabalho não reflete essa preocupação do legislador. Partiu-se, no desenvolvimento desta, da hipótese de que o alto índice de acidentes do trabalho vivenciado na realidade brasileira decorre da falta de investimento no tocante à redução de riscos no ambiente de trabalho, da insuficiência da fiscalização por parte do Poder Público, bem como da omissão dos trabalhadores e de toda a sociedade que aceitam submeter-se a condições absurdas de trabalho.

Palavras-chave: Meio ambiente. Trabalho. Saúde.

Avenida Beira Rio, 1001 – Bairro Nova Aurora – CEP 75523-230

Fone: (64) 3433-6537 – E-mail: pesquisa.itb@ulbra.br – Home Page: www.ulbraitumbiara.com.br



XII Simpósio de Pesquisa - ILES/ULBRA

A OBRIGATORIEDADE DO SEGURO AMBIENTAL EM DANOS AMBIENTAIS PROVOCADOS POR TRANSPORTE DE CARGAS PERIGOSAS

João Paulo Andrade Ferreira(1); Cristiane Martins Cotrim(1)

Na atualidade, tem-se uma grande preocupação com a questão ambiental, a evolução da sociedade humana levou a um consumo maior de produtos industrializados que de alguma forma são capazes de causar dano ambiental. Nesse sentido, cada vez maior é a utilização de substâncias perigosas passíveis de causar grandes tragédias ambientais. Assim, com o aumento dos produtos industrializados, o transporte de diversas matérias primas precisa ser realizado cada vez mais e muitas vezes por longas distâncias. Como qualquer atividade no planeta esse transporte de substâncias perigosas também está sujeito à ocorrência de acidentes. O problema objeto deste trabalho é determinar se com o aumento da probabilidade de se ter acidentes ambientais graves no transporte de cargas perigosas é possível tornar o seguro ambiental obrigatório? A hipótese que se levanta é a necessidade de se tornar obrigatório o seguro ambiental para cargas perigosas, constituindo meio eficaz de proporcionar a justa reparação e indenização pelos danos causados por acidentes com cargas perigosas. Esse trabalho justifica-se pela necessidade de normatização das ações de combate aos efeitos causados por acidentes ambientais. Considerando que em caso de dano ambiental a responsabilidade é objetiva, ou seja, independente de dolo ou culpa. Tendo em vista que essa decorre da teoria do risco integral que consiste na existência do dever de indenizar mesmo nos casos de fato exclusivo da vítima, em caso fortuito ou de força maior. O “seguro ambiental” tem a natureza jurídica e os elementos próprios do contrato de seguro e visa assegurar o cumprimento da responsabilidade civil decorrente do dano ambiental. Busca-se discutir a obrigatoriedade dessa forma de seguro, no que se aplica ao transporte de cargas perigosas. Utilizar-se-á basicamente as pesquisas bibliográficas e a estratégia adotada é a pesquisa teórica. O objetivo geral é identificar a possibilidade de obrigatoriedade do seguro ambiental para o transporte de cargas perigosas. Os objetivos específicos são: explanar sobre o que vem a ser meio ambiente; identificar os dispositivos legais que visam buscar estratégias para minimizar efeitos dos acidentes ambientais; traçar linhas gerais acerca dos contratos em especial os contratos de seguro; explanar sobre o seguro ambiental e suas principais implicações e por fim destacar a possibilidade de exigibilidade do seguro ambiental. Pode-se, concluir que o legislador ao editar o Código Civil trouxe uma pequena proteção ao meio ambiente, tentando proteger-lo através de normas que possam responsabilizar os transportadores e os remetentes de mercadorias perigosas uma vez que a responsabilidade civil sempre será adotada na teoria objetiva. E como forma de assegurar que qualquer eventualidade possa trazer um prejuízo patrimonial para o remetente ou para o transportador é efetuado um seguro para o transporte de carga perigosa como forma de reparar um dano ambiental.

Avenida Beira Rio, 1001 – Bairro Nova Aurora – CEP 75523-230

Fone: (64) 3433-6537 – E-mail: pesquisa.itb@ulbra.br – Home Page: www.ulbraitumbiara.com.br



Palavras-chave: Meio ambiente. Carga perigosa. Contrato de Seguro.



XII Simpósio de Pesquisa - ILES/ULBRA

A RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO AMBIENTAL

Claudia Alves de Araújo(1)

A responsabilidade Civil Ambiental é parte do direito que institui instrumentos e meios de tutela para cuidar de diferentes atividades que possam afetar o meio ambiente. Pela teoria do risco, de concordar em exercer certas atividades, o indivíduo está disposto a arcar com as consequências de seus atos. Havendo dano, há a presunção que o sujeito aceitou exercer aquela atividade, consciente dos possíveis danos que poderia causar e sendo por eles responsável. O consumidor e o capitalismo pós Revolução Industrial são na sequência de eventos que segue, vive um momento de reflexão, devidos aos altos custos que impõem a qualidade de vida, a todas as espécies e todo o planeta. Esse trabalho objetiva analisar a legislação atual e refletir sobre a sua probabilidade e eficácia quanto ao dano ambiental na esfera Civil do Direito. A pesquisa bibliográfica conta com fontes secundárias como livros, doutrinas, artigos, revistas e jurisprudências. O método adotado é o hipotético dedutivo, contando as seguintes hipóteses: A legislação é falha por conter lacunas, dando margens a interpretações ou a legislação é precisa, mas necessita de uma postura diferenciada para sua aplicabilidade seja eficaz. Conclui-se que a conduta pode ser compreendida como dano futuro ou dano efetivo e adotando as teorias do risco integral e da equivalência, a responsabilidade civil está optada para combater os danos ambientais.

Palavra-chave: Responsabilidade. Dano Ambiental. Planeta



XII Simpósio de Pesquisa - ILES/ULBRA

A OBRIGAÇÃO LEGAL DO USO ADEQUADO DOS SERVIÇOS SANITÁRIOS ENQUANTO O MEIO AMBIENTE SADIO

Marcos Pereira BARBOSA⁽¹⁾; Cristiane Martins COTRIM⁽¹⁾

A realização deste projeto tem como tema a obrigação legal do uso adequado dos serviços sanitários enquanto o meio ambiente sadio. Existem meios jurídicos para obrigar o cidadão a utilizar adequadamente a rede de serviços sanitários garantindo para as presentes e futuras gerações o meio ambiente sadio? O presente trabalho se justifica pela precária educação sanitária da coletividade clamando desta maneira para a intervenção do direito, como forma de coerção à obrigação de fazer. O objetivo geral é identificar dispositivo legal que obrigue o cidadão a utilizar de forma racional a rede de serviços sanitários. Os objetivos específicos da pesquisa são: identificar a responsabilização jurídica do morador na esfera civil, administrativa e penal; verificar acerca da educação da coletividade, a conscientização das beneficiés e a essencialidade do meio ambiente sadio; demonstrar o problema para a geração atual e a responsabilidade do cidadão em defender e preservá-lo, identificando a hipótese da melhoria da qualidade de vida quanto ao uso adequado dos serviços sanitários a disposição da população. A presente pesquisa baseia-se no método hipotético-dedutivo e interdisciplinar, com fontes primárias e secundárias, visando a análise do direito específico das leis ambientais vigentes no país e no município de Itumbiara-Go., referente aos serviços sanitários, utilizando de obras de autores da área civil e ambiental, estudo de casos e jurisprudências relacionadas ao tema. O artigo 225 da Constituição Federal de 1988 legitima o direito e o dever de todos perante o meio ambiente e contribuindo o cidadão efetivamente para tal mister garante a vida saudável atual e futura. Pretende-se obter como resultado o dispositivo legal incriminador, como penalização ao cidadão pela não utilização adequada dos serviços sanitários, através da análise da Lei de Política Nacional do Meio Ambiente, Lei de Crimes Ambientais, bem como o Plano de Saneamento do Município de Itumbiara com observância à hierarquia das leis.

Palavras-chave: ecologicamente equilibrado, responsabilização, conscientização.



XII Simpósio de Pesquisa - ILES/ULBRA

A REGULAMENTAÇÃO LEGAL DO DIREITO À IMAGEM NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

José Eduardo de Araújo Luz(1); Auriluce Pereira Castilho(1)

O estudo tem como tema “a regulamentação do direito de imagem frente aos veículos de comunicação”, fazendo necessário responder ao seguinte problema: A legislação em vigor é efetiva na proteção ao direito de imagem quando praticados por meio de veículos de comunicação? Para alcançar tal resposta propõe o objetivo geral que se dá pela abordagem do atual estágio da proteção ao direito à imagem no Brasil nos diversos ramos do direito, quando da afronta praticada por veículos de comunicação. Para tanto foram adotadas as seguintes etapas: evidenciar os direitos fundamentais, dentre os quais encontra-se o direito à imagem; realizar um breve estudo sobre a regulamentação do direito de imagem no direito brasileiro e fazer por fim um debate sobre as questões atinentes à responsabilidade civil e criminal daqueles que de maneira indevida desrespeitem o direito à preservação da imagem de outro. A justificativa da pesquisa se dá pela necessidade de proteção ao direito à imagem, pois é um direito garantido constitucionalmente, que adquire maior relevo social à medida que se propagam na mídia conteúdos sem comprometimento com a preservação da imagem das pessoas que neles são exibidas, tão pouco com postulados constitucionais como o princípio da presunção de inocência. Nos dias de hoje com a globalização é muito freqüente a violação de tais direitos, e o acesso a informação é direito de todos, mas sem infringir direito alheio. Fez-se um estudo envolvendo a legislação e jurisprudência pertinente, evidenciando-se a complementariedade existente entre as diversas searas da Ciência Jurídica que são interdependentes no estudo apresentado. Destaca-se o Direito Constitucional, que estabelece preceitos protetores ao direito à imagem, com desdobramento nos demais ramos da ciência jurídica como o Direito Civil e Penal. O estudo realizado possui um cunho teórico, adotando-se como método de pesquisa o hipotético dedutivo. Como solução prévia ao problema proposto pode-se afirmar que o exercício ilimitado da livre manifestação de pensamento e do direito de informar e exibir a imagem de outrem por meio da imprensa, de maneira a macular sua honra objetiva, constitui-se em verdadeira afronta ao princípio constitucional da presunção de inocência, violentando por consequência o Estado Democrático de Direito. Não pode o direito à liberdade de expressão ser considerado um direito fundamental absoluto, suplantando o direito à proteção da imagem que também integra o rol dos direitos fundamentais, possuindo igual ou maior importância para os indivíduos por representar a exteriorização de sua personalidade perante a sociedade.

Palavras – Chave: Dano. Imagem. Reparação.



XII Simpósio de Pesquisa - ILES/ULBRA

UM OLHAR PARA AS PROPOSTAS LÚDICAS NO ENSINO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

Carolline Silva VIOLA (1); Katymilla Guimarães GIROTTO (1)

No contexto em que estamos inseridos, o ensino da Educação Ambiental (EA) na escola precisa ser mais prazeroso, de forma que aluno tenha espaço para vivenciar o conteúdo, possa viver o imaginário e o inesperado, descobrir o que existe além dos limites da sala de aula. Para isso, é preciso buscar um caminho de movimento proporcionado pelas práticas lúdicas com sentido do próprio ato de ensinar, em que ocorre a construção e reconstrução, troca de experiências e descobertas e de inovar e ousar para permitir que o aluno construa seus saberes, com alegria e prazer, possibilitando a criatividade, o relacionamento e o pensar criticamente no que faz. O objetivo desse trabalho foi analisar as vantagens e desvantagens da aplicação do método lúdico no ensino da EA por meio de revisão bibliográfica. O método de desenvolvimento desse trabalho foi um estudo de revisão bibliográfica que abordou publicações de artigos científicos e livros nos últimos quinze anos (1995 a 2010), por intermédio de buscas sistemáticas utilizando diversos bancos de dados eletrônicos, a partir dos critérios de exclusão e inclusão e consulta às terminologias em Educação Ambiental (EA) e propostas lúdicas a serem utilizadas nas pesquisas em bibliotecas virtuais. Como resultados, na maioria dos artigos e livros analisados os autores defenderam a aplicação dos métodos lúdicos na EA, ressaltando as vantagens e os fatores positivos quanto a essa prática para o processo de ensino-aprendizagem e os benefícios para o processo de educação. Portanto, obteve-se na maioria dos artigos e livros analisados, visão positiva e vantajosa na utilização de metodologias lúdicas na EA para o processo de ensino-aprendizagem. Foi possível constatar com a realização deste trabalho a importância da aplicação de métodos lúdicos para a EA, auxiliando de forma bastante significativa a forma de educar e transmitir conhecimento.

Palavras-Chaves: Educação Ambiental. Lúdico. Revisão Bibliográfica.

(1) Instituto Luterano de Ensino Superior de Itumbiara - ILES/ULBRA, Curso de Ciências Biológicas, Itumbiara, GO, Brasil. carol_sviola@hotmail.com



XII Simpósio de Pesquisa - ILES/ULBRA

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR DANOS CAUSADOS POR EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Ayanne Soares MENDES(1); Cristiane Martins COTRIM(1)

A presente pesquisa científica procurou responder a seguinte questão: O Estado é responsável pela reparação dos danos causados por empresas privadas na qualidade de concessionárias prestadora de serviço público? Trata-se de um tema polêmico que gera inúmeras discussões no meio jurídico, pois é de notório saber que o Estado responde objetivamente por seus atos, mas em se tratando da delegação deste poder a uma concessionária prestadora de serviços públicos em caso de dano resta a dúvida de qual será a responsabilidade civil do Estado, o que justificou a produção da referida pesquisa. O objetivo geral da pesquisa dá-se ao demonstrar se pode o Estado responder objetiva ou subjetivamente, solidaria ou subsidiariamente pelos danos causados pela concessionária na prestação do serviço que lhe foi delegado. A pesquisa ainda tem como objetivos específicos: Conceituar o que vem a ser responsabilidade civil especificadamente as espécies objetiva e subjetiva; Definir responsabilidade solidária e subsidiária; Caracterizar o que vem a ser dano; Deliberar sobre serviço público; Analisar o que vem a ser uma concessionária de serviço público e a responsabilidade do Estado em face às mesmas. Foi utilizado para a execução do trabalho o método hipotético-dedutivo, de caráter teórico baseado em dados primários e secundários por meio de artigos, legislação, doutrina e jurisprudência sob o enfoque interdisciplinar enquadrando-se em especial nas seguintes disciplinas com o Direito Civil, Direito Constitucional e Direito Administrativo. Ao final, foi constatado que a empresa concessionária assume o serviço respondendo em caso de dano, mas se a mesma não tiver condição para tal reparação o Estado responderá subsidiariamente.

Palavras-Chave: Dano; Reparação; Concessionária.



XII Simpósio de Pesquisa - ILES/ULBRA

CAMPOS DE ATUAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

QUEILHA ALCINA CAMPELO PONTES (1); ANDRÉ EDUARDO GUSSON (1)

A Educação Ambiental deve ser trabalhada nas escolas como um tema transversal ou multidisciplinar por apresentar diretrizes e tendências que não são conhecidas pela comunidade acadêmica, por esse fato, torna-se importante a pesquisa atualizada de assuntos que abordam o tema EA, dentro da área educacional, quanto em áreas de profissionais liberais, tendo em foco esse fator como o principal objetivo desse trabalho. Para obter resultados nesta pesquisa, foi utilizada como fonte a revista eletrônica REMEA. Foram pesquisados artigos, separados por quatro categorias: Ensino Médio, Ensino Fundamental, Ensino Superior e Outros (empresas, parques, zoológicos etc.). Essa análise foi realizada a partir de 2004 a 2010, totalizando uma média de 91 artigos, pelos quais se pôde observar que a EA vem sendo aplicada com maior ênfase em outros campos fora as instituições de ensino. Para obter os resultados, foram realizadas análises estatísticas divididas em primeira e segunda etapa, sendo que na primeira foi utilizado o teste não paramétrico de Kruskal-Wallis e na segunda foi aplicada a análise paramétrica Teste t. Todas as análises foram realizadas utilizando o pacote de programas do software SYSTAT 10.2. Dentre a categoria outros pode-se afirmar que a EA, saiu do âmbito da educação para trazer melhorias em outras áreas de atuação. Na área da educação, o destaque é para o Ensino Fundamental, apesar de não significativa a diferença para os campos educacionais ($F_{2, 21} = 1, 519, p = 0, 468$), nota-se que a maioria dos trabalhos está concentrada no Ensino Fundamental, seguido pelo Ensino Superior e Ensino Médio que visa à formação de alunos com visão consciente e crítica. Através das análises, ainda é possível verificar que entre a quatro categorias, a EA está sendo aplicada com maior ênfase em outros campos fora das instituições de ensino ($F_{3, 28} = 16, 417, p = 0, 001$); Já nas áreas empresariais e outras repartições, os projetos voltados a EA trabalham essa temática embasada na conservação do meio ambiente. No entanto, quando se agrupa todas as categorias no campo educacional, ou seja, agrupando os dados do ensino fundamental, médio e superior em uma única categoria, verifica-se que não existe uma diferença significativa entre o campo educacional e outros campos para a atuação da Educação Ambiental ($t_{1, 12} = -1, 729, p = 0, 109$), demonstrando a imparcialidade desta ciência. Porém a média continua destacando o maior número de trabalhos publicados em outros campos de atuação da Educação Ambiental, distinto das instituições de ensino.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Escola. Empresas.



XII Simpósio de Pesquisa - ILES/ULBRA

A APLICAÇÃO DA TEORIA DA CULPA CONCORRENTE NAS RELAÇÕES DE CONSUMO

Eduardo Mizael Clemente(1); Maria Carolina Carvalho Motta(1)

A pesquisa monográfica produzida, cujo tema é a aplicação da teoria da culpa concorrente nas relações de consumo, propõe-se a responder a seguinte questão: É possível a aplicação da teoria da culpa concorrente nos casos de acidente de consumo? Tal proposta merece discussão, pois não é explícito no Código de Defesa do Consumidor a possibilidade de aplicação da culpa concorrente, restando apenas a exclusão ou não da responsabilidade por parte do fornecedor. Foi discutida através da pesquisa o que está entre a responsabilidade total pelo dano causado ao consumidor pelo serviço ou produto disponibilizado em mercado, caracterizando, portanto, um acidente de consumo, e a não responsabilização deste, gerada pela culpa do consumidor. Entre tais extremos encontra-se a culpa concorrente que deriva da responsabilidade objetiva do fornecedor e da culpa do consumidor ao contribuir na causa do acidente de consumo. Deste modo, pode-se dizer que há uma lacuna não preenchida pelo código de defesa do consumidor e que dá margem a possibilidades diversas de interpretação, o que remete ao objetivo geral do trabalho, qual seja, apurar de que modo poderá ser aplicada a teoria da culpa concorrente do fornecedor e do consumidor em caso de acidente de consumo. Para se alcançar tal intento, a pesquisa esclarece quem são os polos na relação de consumo; o tipo de responsabilidade de cada um desses polos e suas excludentes; a teoria da culpa concorrente; e por fim sua aplicação no direito consumerista. Como base geral da discussão, segue-se o posicionamento de Cavalieri Filho, Rui Stocco e Rizzatto Nunes, que em suas obras tratam da questão apresentada além de outros que delimitam a forma de aplicação dessa teoria, permitindo assim a pesquisa adotar como hipótese de solução que: poderá ser aplicada a teoria da culpa concorrente ao caso de acidente de consumo sempre que for apurada sua existência, no entanto não servindo esta, em hipótese alguma para excluir a responsabilidade do fornecedor, mas para determinar tão somente o *quantum* indenizatório a que este se submeterá. A pesquisa é de caráter teórico baseada em dados primários e secundários com o intuito de auxiliar na compreensão acerca do assunto. A análise destes dados é feita sob o enfoque interdisciplinar, ao qual o objeto da pesquisa é analisado sobre as diferentes searas jurídicas, como Direito Consumerista; Direito Civil; além do próprio Direito Constitucional. Como resposta ao problema apresentado chegou-se a conclusão de que mesmo que o Código de Defesa do Consumidor não deixe explícito é possível a aplicação da culpa concorrente no caso de acidente de consumo, não para se determinar a exclusão da responsabilidade do fornecedor, pois esta somente será possível pelos casos elencados no Código de Defesa do Consumidor, mas para que no momento da



XII Simpósio de Pesquisa - ILES/ULBRA

determinação do ressarcimento pelo dano, a concorrência de culpa do consumidor venha a minorar a valoração deste.

Palavras-Chave: Responsabilidade. Dano. Acidente.



XII Simpósio de Pesquisa - ILES/ULBRA

LICENCIAMENTO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO E PROTEÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

Maykon Alves de BRITO⁽¹⁾; Cristiane Martins COTRIM⁽¹⁾

Este trabalho buscará responder a seguinte questão : A licença ambiental seria considerada o método conservacionista mais adequado para a efetivação do desenvolvimento sustentável? Trata-se de um tema que demonstra a importância do meio ambiente como patrimônio de ordem pública e bem de uso comum de todos, dirimindo o dever e obrigação de resguardá-lo as presentes e futuras gerações. Objetivo geral é discorrer sobre a plena disposição objetiva do licenciamento ambiental, bem como, sua caracterização como forma de instrumento de gestão ambiental e inibição de ações que causem degradação ambiental, uma vez que, são decorrentes das ações dos indivíduos sobre o meio ambiente. Evidencia como objetivos específicos analisar procedimento de licenciamento ambiental no que tange aos princípios e teorias utilizadas, estudar todo aspecto material, quais sejam as situações em que será utilizada os preceitos legais ao processo de licenciamento ambiental e por fim avaliar todo procedimento administrativo, como desde a competência a ser analisada até encerramento do processo. A justificativa deste estudo apresenta-se pela necessidade de interpor a sociedade da efetiva acuidade do meio ambiente, tido como patrimônio público e resguardado como bem de uso comum, uma vez que, em geral a maioria ou se não todas as ações humanas implicam alterações no meio ambiente, algumas em maior proporção e intensidade, outras em caráter quantitativo inferior. Foi utilizado na metodologia o método hipotético dedutivo, com pesquisa bibliográfica de fontes primárias e secundárias. Traçando como hipótese demonstrar que o Licenciamento Ambiental sobrevém de uma vasta relevância como instrumento de tutela, pois incumbe a ele a função de impedir que empreendimentos e atividades não motivem e nem emanem a gerar danos ao meio ambiente. Assim, é preferível mesmo frente ao sistema capitalista, visar à compatibilidade de desenvolvimento acerca da preservação ambiental. Com isto pode se entender que o licenciamento ambiental busca a preservação e a recuperação da qualidade ambiental promissora a vida, visando em seu escopo o desenvolver socioeconômico e resguardar a proteção da dignidade humana.

Palavras- Chave: degradação ambiental; dano; futuras gerações;



XII Simpósio de Pesquisa - ILES/ULBRA

A COMPETÊNCIA “*RATIONE LOCI*” DA JUSTIÇA DO TRABALHO E O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO DO EMPREGADO

Vítor Ferreira de Andrade¹; Ana Paula Lazarino Oliveira²

O presente projeto de pesquisa tem como tema A competência “*ratione loci*” da justiça do trabalho e o princípio da proteção do empregado, observando a problemática da relativização da competência em razão do local da prestação de serviço também chamada de *ratione loci*, disposta taxativamente no caput do artigo 651 da Consolidação das Leis Trabalhistas em função do princípio da proteção do empregado, do princípio do acesso à justiça e do princípio da dignidade humana. Tem-se como objetivo geral da pesquisa, verificar por quais motivos tanto os magistrados da justiça singular, quanto os tribunais, desconsideram o que é imposto pela Lei no artigo 651, referente a competência em relação ao local de prestação de serviço do empregado, uma vez que a legislação trabalhista é taxativa conforme dispõem o artigo supracitado. Já os objetivos específicos são: a reação de trabalho, sendo estas todas as relações jurídicas caracterizadas por terem sua prestação essencial centrada em uma obrigação de fazer consubstanciada em labor humano. E os princípios que norteiam esta relação são: *Princípio da Ampla Defesa*, *Princípio do Acesso à Justiça*, *Princípio da Proteção* e *Princípio da Finalidade Social*. Os sujeitos da relação de trabalho são dois: o empregado e o empregador, sendo o primeiro descrito na CLT no *caput* de seu artigo do seu art. 3º que dispõem: “Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviço de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário”, e o segundo no *caput* do art. 2º da CLT que dispõem: “Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviços”. Assim, define-se empregador como pessoa física, jurídica ou ente despersonalizado que contrata a uma pessoa física a prestação de seus serviços, efetuados com pessoalidade, onerosidade, não eventualidade e sob a sua subordinação. A competência é uma parcela da jurisdição, dada a cada juiz. É a parte da jurisdição atribuída a cada juiz, ou seja, a área geográfica e o setor do Direito em que vai atuar, podendo emitir suas decisões. A competência consiste na delimitação do poder jurisdicional. As competências da Justiça Trabalhista são: em razão da matéria, sendo que no processo laboral esta é delimitada em virtude da natureza da relação jurídica material deduzida em juízo; a competência material original nada mais é que a competência da Justiça do Trabalho para conhecer e julgar o conflito de interesses qualificados por uma pretensão resistida deduzida em juízo (*lides*) oriunda das relações de emprego; competência material derivada que diz que também compete à Justiça do Trabalho processar e julgar “outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei”; competência normativa; competência material executória; competência em razão da pessoa; competência em razão da função e a competência em



XII Simpósio de Pesquisa - ILES/ULBRA

razão do lugar. Deve-se realmente relativizar à competência em razão do local da prestação de serviço, embasada por meio do princípio da proteção, uma vez que no direito trabalhista, o empregado é a parte hipossuficiente na relação jurídica com o empregador, sendo que esse é possuidor de maior condição e recursos na demanda judicial. A metodologia utilizada nesta pesquisa é bibliográfica, sendo utilizadas fontes primárias e secundárias, no Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho, Direito Processual Civil e Direito Constitucional. O marco teórico são os princípios da dignidade humana e da proteção. O método é o hipotético-dedutivo, com a tentativa de falseamento da hipótese de aplicação da relativização da competência *ratione loci* através da aplicação do princípio da proteção. Observa-se que tanto nos julgados dos juízos singulares como nos tribunais, há um posicionamento majoritário desta relativização.

Palavras-chave: Competência em razão do lugar. Modificação. Princípios Constitucionais. Empregado. Empregador. Relação de Trabalho.



XII Simpósio de Pesquisa - ILES/ULBRA

SEXUALIDADE: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA EM UMA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO NA CIDADE DE TUPACIGUARA-MG

Juliana Mendes da SILVA (1); Jucélia Diniz SILVA (1); João Paulo Resende PEREIRA (2); Ricardo Mendes da SILVA (2); Sílvia PASENIKE (3)

No Brasil não há, quantidade suficiente de educadores preparados para trabalhar a questão da sexualidade nas escolas e para exercer essa função, tornando necessária a adequação dos professores. A orientação sexual nas escolas justifica-se diante da preocupação dos educadores com o crescimento da gravidez indesejada entre as adolescentes e com o risco da contaminação pelo vírus HIV entre os jovens. A proposta desse estudo consistiu em saber como a sexualidade estava sendo abordada na escola e a percepção dos alunos sobre essa problemática. Examinamos as vivências em sala de aula, a fim de conhecer os discursos e as estratégias que auxiliam os educadores na constituição da sexualidade das crianças através das pedagogias escolares. Nessa direção objetivou-se propiciar informações por intermédio de discussões sobre os diversos pontos de vista associados à sexualidade; analisar a percepção dos alunos referente à sexualidade e as possíveis doenças sexualmente transmissíveis, além de informar aos alunos sobre a anatomia do corpo feminino e masculino. Diante disso, o trabalho possibilitou a transmissão de informações e problematização de questões relacionadas à sexualidade, incluindo posturas, crenças e tabus a ela associados; sem invadir a intimidade nem direcionar o comportamento dos alunos. Assim, foi por meio do diálogo, da reflexão e da possibilidade de reconstruir as informações; pautando sempre no respeito a si próprio e ao outro, que o aluno conseguiu participar satisfatoriamente desse trabalho. Como resultado, pode-se verificar que conseguimos transformar os conhecimentos *a priori* que os alunos possuíam em conhecimento sistematizado e integrado a sua realidade sócio-cultural; implantando a Educação Sexual na escola de forma adequada, notando-se a sensibilização de pais, professores e os próprios alunos quanto à importância e necessidade da Educação sexual.

Palavras-chave: Sexualidade. Doenças sexualmente transmissíveis. Ensino

(1) Instituto Luterano de Ensino Superior de Itumbiara - ILES/ULBRA, Curso de Ciências Biológicas, Itumbiara, GO, Brasil. jujumendesbio@gmail.com

(2) Instituto Luterano de Ensino Superior de Itumbiara - ILES/ULBRA, Curso de Química, Itumbiara- GO, Brasil. ricardomendes_tpc@hotmail.com

(3) Instituto Luterano de Ensino Superior de Itumbiara - ILES/ULBRA, Curso de Educação Física, Itumbiara- GO, Brasil. professorasilvia@netsite.com.br



XII Simpósio de Pesquisa - ILES/ULBRA

ALIENAÇÃO PARENTAL

Lyza Cardoso de Oliveira¹

O presente trabalho tem como tema a Alienação Parental e responderá ao seguinte problema: Qual tem sido a aplicabilidade da lei nº12.318? A relevância deste estudo justifica-se pela necessidade de entender desse mal chamado “alienação parental” frente ao princípio da afetividade no direito de família. Dessa forma tem por objetivo geral analisar de forma ampla a lei 12318. Para atingir tal intento, foram delimitados os objetivos específicos em: compreender a Instituição Familiar antes e após a Constituição Federal de 1988 bem como os princípios constitucionais do direito de família; delimitar o novo instituto da alienação parental no direito brasileiro. Para essa pesquisa utilizou-se a fonte bibliográfica, mantendo a interdisciplinaridade entre as matérias jurídicas e usou-se o método hipotético-dedutivo. Dessa forma estabelecerá os resultados por meio comparativo entre o contexto anterior e posterior à legislação específica. A família brasileira ao longo dos anos passou por intensas mudanças em seu conceito, função e concepção, mas é imutável a compreensão de que o ser humano busca no seio familiar a felicidade, assim desenvolvendo-se de forma saudável. A valorização da afetividade que a Constituição Federal de 1988 trouxe, aproximou pais e filhos, com isso as separações passaram a gerar outro problema, a alienação parental, que é um genitor modificar a percepção da criança sobre o outro genitor ou qualquer familiar com o intuito de destruir o vínculo afetivo existente. Sendo isso muito sério e de danos irreversíveis, notou-se a necessidade da criação da Lei nº 12.318/2010 que conceitua, classifica os sujeitos e pune a prática da alienação parental. Antes do advento dessa lei usava-se a Constituição Federal, o Código Civil e o Estatuto da Criança e do Adolescente que de uma forma genérica tentava resolver esses dissídios, assim cabia aos magistrados à responsabilidade da interpretação condizente com a realidade do caso. Desta forma, ao criar a Lei nº 12.318/2010, o legislador levando em consideração que os pais são responsáveis conjuntamente pelos filhos na educação, no bem estar moral e físico, em proporcionar um meio de vida saudável a eles, compreendeu que esse comportamento do genitor é de uma violência imensurável e de consequências trágicas, de forma que considerou tal conduta passiva de punição civil elencadas em seu art. 6º que variam da ampliação do regime de convivência familiar até a suspensão da autoridade parental do agente alienador, ressalva-se ainda que essa lei também previa punição penal em seu art. 10º que foi vetado por se entender que a penalização penal poderia ser prejudicial à criança alienada. Sua aplicabilidade ainda tímida vem ganhando forças, mas o que se nota é que as alegações de alienação parental frequentemente vem sendo combinadas a outras ações como regulamentação de visitas, guarda, alimentos.



Palavras-chave: Família. Alienação parental. Punição.



XII Simpósio de Pesquisa - ILES/ULBRA

AS PROVAS ILÍCITAS NO PROCESSO PENAL: ADMISSIBILIDADE E INADMISSIBILIDADE DE SUA PRODUÇÃO

Antônio Bruno Andrade Júnior¹; Auriluce Pereira Castilho²

Esta pesquisa tem como tema as provas ilícitas no processo penal: (in)admissibilidade de sua produção, e procurará responder mais especificamente o seguinte problema: se as provas ilícitas fere ou não o processo penal? E tem por objetivo geral compreender a possibilidade de utilização de provas ilícitas no processo penal, e tem por objetivos específicos analisar os institutos legais e correlatos para que se possa buscar uma compreensão sobre tal tema; mostrar os direitos e garantias fundamentais que os indivíduos possuem frente a Constituição Federal de 1988; identificar as provas admitidas no processo penal; compreender em que hipóteses que as provas ilícitas vão ser permitidas no processo penal, analisando com base no princípio da proporcionalidade e no *indubio pro reo*. A relevância desse estudo justifica-se, pois a prova vem a ser um dos temas mais fulcrais da doutrina processual penal, primeiramente sendo importante para a existência da verdade, sendo que as provas é um meio de estabelecer a verdade no processo. Sem as provas de nada adiantaria ficar debatendo horas se as partes não possuir o mínimo probatório para comprovar o que foi alegado. A pesquisa que será utilizada para o desenvolvimento do trabalho é dogmático, com o método hipotético dedutivo, na qual utilizando bibliografia de fonte secundária primária, contendo interdisciplinaridade com outros ramos do direito, foi utilizado, leis, doutrina, decisões jurisprudenciais dentre outras fontes. O tema situa-se no campo do processo penal e também com a Constituição Federal de 1988 em relação aos direitos e garantias fundamentais que estão previstas no artigo 5º. Os resultados obtidos até o presente momento são que as provas ilícitas como regra geral vai ferir a norma constitucional e o processo penal, mas contendo exceção a essa regra geral, pois essa norma constitucional é uma norma relativa e não uma norma absoluta, podendo em determinados casos o magistrado valorar determinadas provas ilícitas. Sendo que o juiz deverá ao máximo evitar que agredir os direitos fundamentais dos indivíduos, sendo que quando duas normas constitucional estiver se colidindo, essa colisão poderá ser solucionado com base no princípio da proporcionalidade, sendo que o magistrado deverá analisar o caso concreto para ver qual norma deverá ter seu alcance reduzido em relação a outra, pois o direito não pode admitir que criminosos utilize direitos fundamentais para cometer crimes e ficar impunes.

Palavras-Chave: Proporcionalidade. Processo Penal. Prova. Provas ilícitas.

¹Aluno do 10º Período do curso de Direito do Instituto Luterano de Ensino Superior de Itumbiara.



²Professora orientadora do curso de bacharelado em direito.



XII Simpósio de Pesquisa - ILES/ULBRA

ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO

Antonio José da Silva JUNIOR

O direito visa regular as relações interpessoais nos diversos aspectos da vida em sociedade, em se tratando do tema Assédio moral no ambiente de trabalho, agregamos os ramos do direito do trabalho, civil e penal, que juntos ajudarão a proteger o assediado e conseqüentemente resguardar os seus direitos. Dito isto, aponta-se como problema deste trabalho: é possível reconhecer, prevenir e combater a incidência do assédio moral no ambiente de trabalho para se melhorar a qualidade de vida e o conseqüente aumento na produtividade no ambiente das organizações? Apesar do assedio moral não possuir uma legislação específica, podemos através de pesquisas estudar a pratica do assedio moral e aplicar as legislações já existentes. A hipótese que se levanta é a de que a partir da criação de projetos de divulgação do que caracteriza assédio moral no ambiente de trabalho, pode diminuir o mesmo nas relações organizacionais, podendo gerar ate a criação de normas mais severas. Muitos casos, o assediado nem sabe que está sofrendo a prática de assédio moral, e assim não percebe o mal que isto pode te causar. Logo este trabalho justifica-se pela necessidade de demonstrar tanto para os empregados e para os empregadores a atenção que deve ser dispensada dentro do ambiente de trabalho, a fim de extinguir as atitudes que podem caracterizar assédio moral. O objetivo geral desse trabalho é analisar a legislação do trabalho, no tocante a tutela dos direitos do trabalhador com base no dano moral trabalhista e no direito ao meio ambiente de trabalho saudável, garantido pela Constituição Federal de 1988. Para alcançar o objetivo geral definiu-se os seguintes objetivos específicos: analisar o meio ambiente de trabalho como espaço para a pratica do assédio moral; os efeitos do assédio moral nas relações de emprego; e os aspectos jurídicos à luz da Constituição Federal. A pesquisa consistirá basicamente em uma pesquisa bibliográfica, realizando a confrontação das diversas abordagens, utilizar-se-á o método hipotético dedutivo, baseando-se em dados primários e secundários.

Palavras-chaves: Assédio moral. Trabalho



XII Simpósio de Pesquisa - ILES/ULBRA

A APLICABILIDADE DO MODELO GARANTISTA FRENTE À EFETIVIDADE DO DIREITO E PROCESSO PENAL BRASILEIRO

Denis Raphael Alves de MEDEIROS⁽¹⁾; Rui Denizard Alves NOVAES⁽¹⁾

A presente pesquisa, cujo tema é “a aplicabilidade do modelo garantista frente à efetividade do Direito e Processo Penal brasileiro”, busca responder à seguinte problemática: Em relação à realidade brasileira, a consagração do garantismo penal se manifesta constitucionalmente eficaz perante a defesa das liberdades e garantias individuais? O objetivo geral do trabalho é demonstrar a importância da atuação do garantismo tanto no direito penal propriamente, quanto na esfera de verificação formal acerca da necessidade de aplicação da pena. Especificamente são desenvolvidas as seguintes etapas: abordar o reflexo histórico no que concerne a aplicação da pena; analisar a estrutura principiológica enraizada no direito e processo penal, assim como os princípios norteadores do garantismo penal; evidenciar o alcance da teoria mencionada ao ordenamento jurídico brasileiro; análise crítica à luz da concepção de outros autores acerca da teoria do garantismo penal. Este trabalho está sendo executado com enfoque interdisciplinar e sob a maneira de pesquisa teórica, que visa um levantamento de dados bibliográficos acerca do assunto. No tocante ao método da pesquisa é hipotético-dedutivo. São utilizadas fontes primárias e secundárias. Justifica-se cientificamente o desenvolvimento desta por ser um tema de suma importância em relação ao sistema penal, com diversas divergências doutrinárias. A importância da presente pesquisa representa-se por possuir o tema, alcance não só em consonância à aplicação da pena como frente à questão dos direitos e garantias fundamentais, dos direitos humanos. Com o aprofundamento da pesquisa, chegou-se ao imperativo de não limitação apenas à teoria adotada, sendo que alguns axiomas da mesma não podiam ser aplicados ao ordenamento jurídico brasileiro, como também a impunidade que a noção do “supergarantismo” dentro sistema pode gerar – assunto tratado no terceiro capítulo. Tendo em vista que há muita crítica em relação a voga ideológica do garantismo, a pesquisa se mantece em defesa ao modelo proposto, no entanto não adotou o modelo hermenêutico de permanente resistência ao Estado atual proposto por alguns doutrinadores garantistas, recorrendo pelo termo “supergarantismo” tais ideais, o que atraiu a pesquisa a um aprofundamento sobre o assunto, na tentativa de procurar um meio termo dentro da teoria interpretando os axiomas e princípios de modo a favorecer o processo.

Palavras-chave: Garantismo. Axiomas. Supergarantismo.



XII Simpósio de Pesquisa - ILES/ULBRA

REVISÃO DA MAIORIDADE PENAL EM CRIMES HEDIONDOS

Aline Moraes Silva(1); Auriluce Pereira (1)

Esta pesquisa consiste em promover um estudo teórico acerca do tema: revisão da maioridade penal em crimes hediondos e buscará responder a seguinte problemática: a revisão da maioridade penal será de fato eficaz para a prevenção e repressão da criminalidade dos adolescentes que cometem crimes hediondos? O objetivo geral consiste em mostrar a controvérsia acerca da revisão da maioridade penal para crimes hediondos, abordando seus principais aspectos e posicionamento da questão. Dentre os objetivos específicos destacam-se: analisar os princípios penais constitucionais que protegem os direitos e garantias da pessoa humana juntamente com a definição de crime e imputabilidade, demonstrar a posição do ECA frente à revisão da maioridade penal, identificar quais são os crimes hediondos e sua aplicação, certificar-se a possibilidade ou não de se reduzir a maioridade, abordando os pontos de vista dos doutrinadores sobre o tema em questão. O estudo justifica-se devido às inúmeras controvérsias que existe em torno do assunto. Por um lado, políticos a favor da redução da maioridade penal argumentam que menores com 16 anos, quando constatado seu amadurecimento intelectual e emocional, devem ser responsabilizados penalmente; por outro lado, profissionais do Direito e da área social que lidam diretamente com crianças e adolescentes em situação de risco defendem a legislação atual, por entenderem que as medidas socioeducativas do ECA-Estatuto da Criança e do Adolescente- permitem a reeducação do adolescente em conflito com a Lei. Na pesquisa emprega-se o método hipotético-dedutivo baseando-se em uma análise bibliográfica utilizando fontes primárias e secundárias e de forma interdisciplinar abrangendo o mesmo assunto sob as diversas vertentes jurídicas tais como Código Penal, Constituição Federal e Estatuto da Criança e do Adolescente, tendo como hipótese a ser seguida que se os menores são tidos capazes de escolher seus representantes políticos, também devem possuir a capacidade de responder criminalmente por seus atos ilícitos, mesmo que represente um retrocesso na política penal penitenciária brasileira. Estudiosos do assunto acreditam que maioria dos adolescentes que cometem atos infracionais encontra-se em fase de socialização ou instrução. O processo de reajustamento do adolescente infrator, portanto, deve ser submetido à educação, e não à pena criminal. Trata-se de uma discussão que está profundamente polarizada, existindo grupos favoráveis e contrários às mudanças, baseando seus argumentos tanto em problemas de ordem pública, quanto em questões de proteção das faixas sociais mais vulneráveis.

Palavras Chave: Inimputabilidade. Majoração. Idade penal.



XII Simpósio de Pesquisa - ILES/ULBRA

DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS E A RESERVA DO POSSÍVEL

Vandrielle Marques VANIN(1)

A reserva do possível, constitui no que se refere a falta de recursos financeiros que o Estado disponibiliza para a efetivação dos direitos fundamentais. Quando o Estado se está diante da obrigação de cumprir algum direito fundamental social, ele alega a insuficiência de recursos e a ausência de previsão orçamentária, e se efetivada determinada obrigação prejudicará as demais atividades do Estado. A reserva do possível é a principal limitação a efetivação dos direitos fundamentais sociais. Essa teoria é importante e deve ter a finalidade de vincular o direito a economia, tendo em vista que o Estado tem o dever de garantir o mínimo existencial a sobrevivência e que as necessidades vinculadas aos direitos sociais são inúmeras e os recursos são limitados. Esse trabalho versa sobre os direitos fundamentais sociais e a reserva do possível, e tem como problema que se apresenta é se o Estado pode se basear na reserva do possível para desobrigar-se do direito a saúde? O objetivo geral desse trabalho é analisar se o Estado pode ou não deixar de cumprir o direito fundamental a saúde, por insuficiência de recursos orçamentários, respeitando os princípios constitucionais, e para isso foram traçados os seguintes objetivos específicos, que são definir e contextualizar historicamente a reserva do possível, discutir a responsabilidade do poder público quanto ao direito a saúde, verificar através de uma análise jurisprudencial qual o entendimento da doutrina majoritária. A elaboração do seguinte trabalho dará pelo método hipotético-dedutivo, adota-se a estratégia de pesquisa teórica através de pesquisa bibliográfica a qual basear-se-á em dados secundários abrangendo diferentes fontes que publicaram trabalhos científicos sobre os direitos fundamentais sociais e a reserva do possível, para tanto utilizar-se-á livros, teses, monografias, revistas, periódicos, jornais, sites jurídicos e internet. Trata-se ainda de pesquisa qualitativa, de cunho interdisciplinar por abordar dois ramos jurídicos, o direito internacional e o direito constitucional. A análise comparada dos diferentes ramos jurídicos é importante, pelo fato de que este trabalho visa entender um tema controverso que envolve os direitos fundamentais e os limites orçamentários do estado, levando ao questionamento proposto como problema deste trabalho. Justifica-se por ser importante ao poder público, por ser de seu interesse a concretização dos direitos estabelecidos na Constituição Federal, Aos estudantes e operadores do direito que vivem em contato com o direito e seus efeitos, e também é relevante a população por versar sobre matéria constitucional e serem os principais beneficiários da efetivação dos direitos fundamentais. E levanta a hipótese de que o Estado terá que garantir o mínimo existencial, baseado no princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, pois o direito a saúde está dentro do mínimo necessário para sobreviver dignamente. E somente será aceitável a reserva do possível quando o Estado não só comprove a



XII Simpósio de Pesquisa - ILES/ULBRA

insuficiência de recursos financeiros, como também demonstre que se cumprida a obrigação pleiteada prejudicará outras atividades estatais que também ofenderá a dignidade da pessoa humana.

Palavras-chave: Orçamento. Mínimo existencial. Obrigação do Estado.



XII Simpósio de Pesquisa - ILES/ULBRA

A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DO JUÍZO DE PRELIBAÇÃO NA AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Júlia Morais BORGES (1)

O presente trabalho visa discutir o juízo de prelibação na ação de improbidade administrativa, tendo como problema se o juízo de prelibação é constitucional ou inconstitucional. O objetivo da defesa prévia é evitar a propositura de ações de forma temerária, devendo a petição inicial estar instruída com documentos que demonstrem indícios suficientes da existência de improbidade administrativa. Os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, serão punidos na forma da lei número 8.429/1992-Lei de Improbidade Administrativa. Não existe na doutrina brasileira consenso quanto a definição de improbidade administrativa, no entanto, os atos de improbidade administrativa são revelados, quando o agente público rompe com o compromisso de obediência aos deveres inerentes à sua função, com violação aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, contidos no Artigo 37 da Constituição Federal, deixando de atender as necessidades da coletividade, servindo-se da administração pública para benefícios próprios ou facilitando o enriquecimento ilícito de terceiro, inclusive com omissão, com ou sem prejuízo patrimonial. De acordo com a doutrina, agente público, é todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente com ou sem remuneração, de qualquer forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função na administração pública. O juízo de prelibação foi instituído por meio de medida provisória, cumprindo destacar que só o Presidente da República tem legitimidade para editar Medida Provisória, que se dá de forma unipessoal, devendo, para tanto, serem observadas duas características elementares, que são a relevância e a urgência. Assim, para se editar uma medida provisória é necessário o preenchimento desses dois requisitos (relevância e urgência), de forma cumulativa, a qual será submetida, posteriormente, ao Congresso Nacional. As Medidas Provisórias não são leis, apesar de terem força de lei, pois não passam previamente pelo crivo das duas casas legislativas, por meio de procedimento ordinário. Se o Congresso Nacional não as aprovar, convertendo-as em lei, desde a sua publicação, perderão a sua eficácia. Caso haja rejeição das medidas provisórias, estas serão arquivadas, através de ato do presidente do Congresso Nacional, o qual atestará a inexistência de referida medida. Como o próprio nome sugere, a medida provisória constitui espécie normativa com eficácia temporária. A importância deste trabalho, justifica-se por se tratar de tema polêmico com



XII Simpósio de Pesquisa - ILES/ULBRA

divergências doutrinárias, pois há doutrinadores que defendem a constitucionalidade e a necessidade de defesa preliminar nas ações civis públicas por ato de improbidade administrativa. No entanto, o juízo de prelibação foi inserido por meio de medida provisória, o que afronta o Artigo 62 da Constituição Federal, parágrafo 1º, I, “b”, que veda a edição de medidas provisórias sobre matéria de direito penal, processual penal e processual civil. Nesse sentido, flagrante é a violação à Constituição Federal. A presente pesquisa é bibliográfica, baseada em consultas a fontes secundárias, legislação, livros, artigos científicos, de forma interdisciplinar, envolvendo Direito Constitucional, Administrativo e Processual Civil, de método dedutivo e dogmático, sobre pesquisa doutrinária, interpretação de leis, artigos científicos, definições de doutrinadores e jurisprudências acerca do tema apresentado.

Palavras-chave: Improbidade, Administração, Princípios.

(1) Instituto Luterano de Ensino Superior de Itumbiara - ILES/ULBRA, Curso de Direito, Itumbiara, GO, Brasil, juliamoraisborges@yahoo.com.br



XII Simpósio de Pesquisa - ILES/ULBRA

A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Ana Paula Vanço Barbosa(1); Maria Carolina Carvalho Motta(1)

Este trabalho tem como tema: A atuação do Ministério Público na Inclusão das Pessoas com Deficiência e pretende desenvolver a problemática da legitimação do Ministério Público na defesa dos direitos dos portadores de deficiência. Apresenta como objetivo geral a compreensão da atuação do Ministério Público após a Constituição Federal de 1988 na defesa dos direitos das pessoas portadoras de deficiência. Com o intuito de atingir tal intento, apresenta como objetivos específicos: delimitar os direitos e as garantias das pessoas com deficiência, levando em consideração a legislação brasileira vigente; identificar as maneiras de inclusão social das pessoas portadoras de necessidades especiais na sociedade; verificar os mecanismos de defesa utilizados para a proteção desses direitos e as sanções aplicadas às pessoas que desrespeitarem essas normas. E por fim analisar um projeto local desempenhado pelo Ministério Público do Estado de Goiás na cidade de Itumbiara. A pesquisa adota como método o sistema hipotético-dedutivo. Além disso, será utilizada uma pesquisa bibliográfica onde serão utilizadas fontes primárias, como as leis, e fontes secundárias, que são os trabalhos feitos por estudiosos, como as doutrinas. A pesquisa insere-se no enfoque interdisciplinar, haja vista que abrange vários ramos do Direito. Será feita uma pesquisa exploratória que tem como objetivo oferecer informações sobre o assunto, delimitar objetivos e orientar a formulação de uma hipótese. A forma de abordagem será através de uma pesquisa qualitativa, onde serão interpretados os fenômenos e atribuídos significados através de uma análise indutiva dos dados obtidos, partindo de um estudo particular para um geral. Com este estudo espera-se ser possível perceber como a atuação do Ministério Público contribui para a inclusão das pessoas com deficiência na cidade de Itumbiara – Goiás, através de um projeto de conscientização da população e da fiscalização e imposição de normas. Sendo assim, conclui-se que o Ministério Público é um órgão destinado a criar condições adequadas ao respeito à pessoa com deficiência conforme estabelece a Constituição Federal.

Palavras-chave: Deficiente. Inserção. Coletividade.



XII Simpósio de Pesquisa - ILES/ULBRA

A INTERVENÇÃO ESTATAL E AS AGÊNCIAS REGULADORAS COMO INSTRUMENTO DE DEFESA DO CONSUMIDOR PERANTE OS SERVIÇOS PÚBLICOS

Miriam de Cassia Morais Garcia(1); Jaquiel Robimson Hammes da Fonseca(1)

O presente trabalho desenvolverá o tema: A Intervenção Estatal e as Agências Reguladoras como Instrumento de Defesa do Consumidor Perante os Serviços Públicos, que buscará responder a seguinte problemática: As agências reguladoras são eficientes na proteção ao consumidor perante o serviço público? O objetivo geral demonstrará através de um estudo sobre o domínio econômico, onde o Estado atua como regulador criando normas que garanta a ordem econômica e disponibilizar serviços eficientes à população, verificar como houve a intervenção do Estado, mais especificamente após a desestatização que ocorreu no país, que através das autarquias, foi instituída as agências reguladoras como mecanismo de defesa do consumidor, no momento que esse usa um serviço público. Onde buscará identificar através dos seguintes objetivos específicos: O Estado e o Domínio Econômico; O Plano Diretor da Reforma do Estado e as Agências Reguladoras e a Atuação das Agências Reguladoras na Defesa do Consumidor perante o Serviço Público. Este estudo justifica-se em função de controvérsias sobre a atuação das agências reguladoras como instrumento na defesa do consumidor que usa o serviço público. Nota-se a grande importância à abordagem do tema, pois possibilita esclarecimentos de ponto de vistas de doutrinadores, buscando soluções para que aconteça a efetiva proteção dos consumidores de produtos ou de serviços e também o posicionamento do próprio Estado como regulador de normas. O presente projeto adotou o método hipotético-dedutivo. Utilizou na sua elaboração a pesquisa bibliográfica, onde buscou as fontes primárias e fontes secundárias. O tema abordado abrange alguns ramos do direito: Empresarial; Administrativo; Constitucional; Civil; Tributário e do Consumidor, considerado assim, interdisciplinar. Além disso, foi realizada uma pesquisa exploratória, pois proporciona maior familiaridade com o tema e a pesquisa bibliográfica. E ainda foi feita uma pesquisa de fonte documental, imprescindível, pois possibilitará considerações positivas e negativas acerca do tema e, a partir desses esclarecimentos, deverá aderir a uma das correntes com bastante propriedade. Adotará a pesquisa qualitativa, que se trata da pesquisa da realidade, na busca de um caso concreto. A hipótese demonstra os benefícios gerados com a descentralização de serviços pelas concessionárias, onde o Estado age indiretamente, fiscalizando, deixando a atuação nas mãos da administração indireta, pois seria impossível o Estado atuar diretamente em todos os setores. Ficando a cargo das concessionárias fornecerem serviços de qualidade, adequados, eficientes e seguros à população.



Palavras-chave: Atuação. Descentralização. Regulação.



XII Simpósio de Pesquisa - ILES/ULBRA

O ESTATUTO DO IDOSO E A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Polliana Martins Faria(1)

O Estatuto do Idoso foi criado com o objetivo de assegurar uma vida digna à terceira idade, porém, a sociedade não se adéqua a estas normas. Neste trabalho tem-se como problemática a situação do idoso e o procedimento a ser tomado para que tenham uma melhor qualidade de vida. Qualquer cidadão idoso tem o direito de gozar de uma vida íntegra, onde haja liberdade de expressão, dignidade, respeito e amparo por meio de seus familiares e de toda sociedade, porém na maioria das vezes, a realidade apresentada é totalmente o inverso, onde idosos são abandonados pela família ou não se promovem o respeito à vida dos mesmos apenas por se tratarem de seres pelos quais já não apresentam utilidade à sociedade como em tempos anteriores à sua juventude. Assim, o objetivo deste estudo é conhecer os direitos e mostrar a realidade do idoso na sociedade. Para alcançar este objetivo, devem ser cumpridas metas como, analisar a evolução do Estado na ótica de um sistema garantista de direitos, discorrer sobre o princípio da dignidade da pessoa humana e apontar os principais pontos do Estatuto do Idoso. O presente estudo justifica-se em função de dados bibliográficos apresentarem os direitos assegurados aos idosos e o não reconhecimento destes direitos na sociedade. A resolução do problema em questão dá-se na execução das normas que regem a dignidade do ser humano, juntamente com o cumprimento do Estatuto do Idoso, para uma efetividade múltipla de bem-estar e socialização dos maiores de 60(sessenta) anos. O método de pesquisa utilizado é hipotético-dedutivo, há interdisciplinaridade de direitos tais como: civil, processo civil e constitucional, onde se obtêm a garantia dos direitos assegurados aos idosos. A pesquisa é empírica, ressaltando os fatores políticos, sociais, e a realidade a que se encontra o objetivo deste trabalho. Também foram utilizadas fontes primárias, como Lei 10.741/2003 e fonte secundárias, que são as diversas doutrinas, as quais atribuíram grande parte deste estudo. Possui gênero de fonte documental e pesquisa bibliográfica documental.

Palavras-chave: Terceira Idade. Vida Digna. Sociedade.



XII Simpósio de Pesquisa - ILES/ULBRA

A INTEMPORALIDADE DA LEI QUE NÃO CONFIGURA PRÁTICA DE CRIME AMBIENTAL

Vinícius Assis Nunes(1); Cristiane Martins Cotrim(2)

Esta pesquisa tem como tema principal a intemporalidade da lei que não configura prática de crime ambiental, e procurará responder mais especificamente o seguinte problema: se os proprietários de terras rurais, serão imputados penalmente pela nova legislação à respeito da reserva legal que foi desmatada na devida legislação vigente à época do desmatamento, ou seja os proprietários rurais responderão por crime ambiental caso não cumpram com a devida regularização da reserva legal na sua área de zoneamento agrícola? Tem por objetivo geral compreender se a irretroatividade da lei irá ferir a Política Ambiental e/ou Meio Ambiente, ou se irá de fato prejudicar os proprietários rurais, tendo como objetivos específicos, analisar os institutos legais e correlatos para que possa buscar uma compreensão sobre o tema, mostrar os pontos negativos que à não irretroatividade da lei implicaria ao desenvolvimento sustentável do país, e também comparar um possível conflito entre meio-ambiente e agricultura sócio – econômica. A relevância desse estudo, justifica-se, devido ao fato que quando for para prejudicar uma grande parte da nação, representada por uma minoria de produtores rurais, a Lei Retroagirá ao tempo da aplicação da mesma. A pesquisa que será utilizada para o desenvolvimento do trabalho é dogmática, com o método hipotético dedutivo, na qual utilizando bibliografia de fonte secundária primária, hermenêutica em específico, contendo interdisciplinariedade com outros ramos do direito, foi utilizado, leis, decretos, doutrinas, dentre outras fontes. O tema situa-se no campo do direito ambiental e também com a Constituição Federal de 1988 no seu art. 5º com relação aos direitos e garantias fundamentais, assim como o Art. 225 da Constituição Federal de 1988, que estabelece que é dever de todos cuidar e preservar do meio ambiente. O resultado obtido até o presente momento é que a não intemporalidade da lei, causará um dano bastante oneroso aos proprietários rurais em princípio, e conseqüentemente um dano incalculável ao restante da população e Estado.

Palavras-Chave: Intemporalidade da Lei. Irretroatividade. Meio-Ambiente. Agricultura sócio-econômica.

¹Aluno do 10º Período do Curso de Direito do Instituto Luterano de Ensino Superior de Itumbiara/GO

²Professora orientadora do curso de Direito do Instituto Luterano de Ensino Superior de Itumbiara/GO



XII Simpósio de Pesquisa - ILES/ULBRA

CONCEITO DE GRUPO FAMILIAR COMO REQUISITO PARA CONCESSÃO DO BPC (LOAS)

Luiza Cândida do N. Martins¹; Ana Paula Lazarino²

A pesquisa, cujo tema é o conceito de grupo familiar como requisito para concessão do Loas, procurará responder o seguinte problema: qual a conceituação e caracterização de grupo familiar como requisito para a concessão do BPC, tendo visto que a renda per capita, superior ou equivalente a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, é requisito fundamental, para indeferir a concessão do Amparo Social? O objetivo geral da pesquisa será analisar os requisitos para a concessão do BPC, discutindo as consequências da alteração do §§ 1º do art. 20 da Lei 8742/93, sobre a identificação do grupo familiar e mostrar para a sociedade as necessidades e as dificuldades encontradas por idosos e deficientes para a concessão do benefício assistencial e objetivos específicos, estudar o benefício do BPC, demonstrar quais os requisitos de validade para concessão do BPC, apontar como tem sido considerado o grupo familiar para deferimento do benefício do LOAS. A pesquisa é relevante, pois existem deficientes e idosos que não possuem meios de prover a sua subsistência. Ao agregar uma renda a do idoso e deficiente a concessão do benefício ficou comprometida uma vez que, quando se busca uma assistência ou um benefício já foram esgotadas todas outras tentativas de prover e proporcionar o mínimo de dignidade ao idoso e ao deficiente. Utilizara a metodologia da pesquisa o enfoque hipotético dedutivo multidisciplinar de institutos do Direito Previdenciário, Direito Constitucional além de doutrinas, com dados primários e secundários, pois abrangerá a legislação e publicações feitas sobre o assunto, em livros documentos eletrônicos, revistas jurídicas entre outros. A hipótese verificará que a exigência de renda inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo para a concessão do benefício assistencial é inconstitucional, o objetivo da lei é a garantia de 1(um) salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e aos idosos com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, pois existem situações que mesmo sendo a renda superior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, poderá ser insuficiente para garantir o mínimo de dignidade. E por fim ainda destacará Sergio Pinto Martins o qual expressa que, a igualdade constitucional é mais que uma expressão de direito; é um modo justo de se viver em sociedade.

Palavras-chave: Amparo Social, Critérios de concessão. Identificação do Grupo Familiar.



XII Simpósio de Pesquisa - ILES/ULBRA

FAMÍLIA MONOPARENTAL NA ATUALIDADE BRASILEIRA

Francielly Peixoto COSTA(1)

A sociedade brasileira vem ao longo do tempo sofrendo relevantes modificações, resultado, pois da constante evolução humana. E como não poderia ser diferente, a instituição da família a cada dia que passa apresenta-se com diversos formatos, destacando-se pela sua incidência os grupos de família monoparental. Tendo em vista a relevância do conceito de Família Monoparental na atual realidade social, tratou-se o presente dos fatores originários, suas características e conseqüências para aqueles que a constituem, de acordo com o ordenamento jurídico. Portanto, observaram-se, quais as mudanças trazidas pela família monoparental e sua situação legal no sistema jurídico brasileiro, bem como quais os efeitos jurídicos e sociais para aqueles que a integram. Objetivou-se, especificamente a análise da origem da família, seu conceito e tipos, apresentando o novo formato de família no sistema jurídico, qual seja família monoparental, e considerações quanto à situação desta no sistema jurídico brasileiro, como consequente respaldo do ordenamento jurídico para as crianças e adolescentes que fazem parte deste contexto, assimilando os seus direitos com todas as obrigações que recaem sobre os seus reponsáveis. Para o resultado utilizou pesquisa teórica, realizada através de bibliografia, desenvolvida mediante método hipotético-dedutivo de pesquisa bibliográfica. Por quanto, concluiu-se que devido aos grupos de família monoparental originam-se pelos mais variados motivos, independente de sua causa devem ser observados todos os parâmetros e determinações legais quanto ao instituto, para que as crianças e adolescentes que nela habitam tenham por completo os seus direitos e condições para uma convivência saudável e desenvolvimento com dignidade, garantidos e conservados até que se tornem verdadeiramente independentes.

Palavras-chave: Família. Monoparental. Legislação.



XII Simpósio de Pesquisa - ILES/ULBRA

RANSTORNO MENTAL NO TRABALHO

Lis Faria de CASTRO (1)

O Direito do Trabalho busca melhorar as condições asseguradas ao trabalhador, parte hipossuficiente na relação empregador/empregado. Deve-se considerar no rol de condições tuteladas por esse ramo do direito as questões físicas e mentais. Dito isto, tem-se que o tema deste trabalho é a saúde mental do trabalhador, especificamente os transtornos causados a este. Tem-se assim um reconhecimento da importância que a saúde mental do trabalhador tem para o desempenho de suas funções, podendo comprometer o resultado final do trabalho, tendo reflexos no desempenho do trabalhador, bem como torná-lo mais propenso a acidentes físicos. Aponte-se aqui o problema deste trabalho: qual a responsabilidade do empregador frente aos danos psíquicos causados ao empregado? Embora não seja propriamente o causador da alteração mental do trabalhador, o ambiente de trabalho desequilibrado e propenso a brigas, pode favorecer um estado patológico que culminará com problemas físicos e mentais que afastarão o trabalhador de seu trabalho, causando problemas tanto para este quanto para o empregador. A hipótese que se levanta é a de que os danos psíquicos sofridos no ambiente de trabalho podem ser tão danosos ao trabalhador quanto um acidente físico sofrido neste ambiente. Sendo que em muitos casos, esses danos não são tratados pelo empregador com a mesma atenção, sendo muitas vezes deixados de lado ou ignorados. Este trabalho justifica-se pela necessidade de demonstrar aos empregadores a atenção que deve ser dispensada ao trabalhador, pois muitas vezes os danos causados à saúde mental do mesmo superam danos físicos, devendo também serem encarados como acidentes de trabalho, e portanto, sofrer o mesmo tratamento jurídico por parte de juízes e procuradores do trabalho, bem como advogados e demais operadores do direito. O direito laboral deve ultrapassar as relações econômicas e reconhecer outras necessidades do trabalhador, principalmente as psicossociais que culminam com a manutenção da dignidade do trabalhador. O objetivo geral desse trabalho é entender se os danos psíquicos sofridos pelo empregado podem ser considerados acidente de trabalho. Para alcançar o objetivo geral definiu-se os seguintes objetivos específicos: identificar as espécies de acidentes de trabalho; analisar o meio ambiente de trabalho; definir acidente de trabalho e identificar as hipóteses em que estes são indenizáveis; estudar as hipóteses em que os danos psíquicos podem ser considerados danos ao trabalhador. A pesquisa consistirá basicamente em uma pesquisa bibliográfica, realizando a confrontação das diversas abordagens, utilizar-se-á o método hipotético dedutivo, baseando-se em dados primários e secundários.

Palavras-chave: Saúde mental. Trabalho.



XII Simpósio de Pesquisa - ILES/ULBRA

(1) Instituto Luterano de Ensino Superior de Itumbiara – ILES/ULBRA, Curso de Direito, Itumbiara, GO, Brasil. lisfdecastro@hotmail.com

Avenida Beira Rio, 1001 – Bairro Nova Aurora – CEP 75523-230

Fone: (64) 3433-6537 – E-mail: pesquisa.itb@ulbra.br – Home Page: www.ulbra.itumbiara.com.br



XII Simpósio de Pesquisa - ILES/ULBRA

A PERÍCIA NOS CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA

Cássia Thallita de Jesus Faria ¹; Auriluce Pereira Castilho ²

O presente trabalho cujo tema consiste no “A perícia nos crimes dolosos contra a vida”, apresentará um estudo detalhado acerca dos procedimentos científicos utilizados pela justiça, especificamente da perícia, por meio da análise dos vestígios deixados pelo agente criminoso ao cometer um crime, a fim de atingir seu objetivo esta utilizará de métodos específicos para cada tipo de delito. Juntamente ao tema haverá uma análise do Código de Processo Penal, especificamente em relação aos artigos 158 a 184, que tratam da questão do exame do corpo de delito, e das perícias em geral. A necessidade do estudo detalhado do tema surge a partir da existência do problema sobre quais os procedimentos legais realizados para elucidar um crime doloso contra a vida? O trabalho tem como objetivo geral a determinação da relevância da criminalística para o desenvolvimento do trabalho do perito para descobrir o agente criminoso. E ainda tem como objetivos específicos: abordar os princípios constitucionais e do direito penal que servem de base para a perícia no desenvolvimento do seu trabalho para caracterizar se o fato em análise é tipificado como crime; caracterizar a perícia como meio probatório encontrado no processo penal; especificar os procedimentos utilizados pela perícia nos crimes dolosos contra a vida. Sendo que, o presente estudo tem como justificativa confirmar ou colocar em xeque, através de literatura selecionada, as conclusões encontradas sobre o objeto de estudo, definindo a real importância da perícia criminal por meio de apontamento de casos reais que foram elucidados por meio do seu trabalho e da situação da mesma no Brasil. O método que será utilizado neste estudo é hipotético-dedutivo, tendo como objetivo partir da hipótese apresentada para que no decorrer da pesquisa a mesma possa ser comprovada ou não. Sendo a hipótese do trabalho a seguinte: A criminalística é de suma importância no processo penal, sendo que o trabalho da perícia não pode ser considerado simples meio probatório, tendo em vista que o laudo pericial é essencial para a análise dos fatos no processo. Portanto, a perícia constitui em um elemento fundamental para determinar a sentença no processo, estando situada de maneira intermediária entre a prova e a sentença.

Palavras-Chaves: Processo Penal. Perícia. Sentença.



XII Simpósio de Pesquisa - ILES/ULBRA

A RESPONSABILIDADE CIVIL NAS RELAÇÕES DE CONSUMO

Murilo Lacerda Oliveira(1); Maria Carolina Carvalho Motta(1)

Esta pesquisa científica, apresenta como tema “A Responsabilidade Civil nas Relações de Consumo” e buscará objetar o seguinte problema: de quem é a responsabilidade civil na relação de consumo, e quem seria a parte mais vulnerável? O estudo apresentará como objetivo geral a análise à distinção da responsabilidade civil tanto pelo fato quanto pelo vício do produto e/ou prestação de serviço na relação de consumo. Para tanto, tem-se os seguintes objetivos específicos: conceituar e distinguir os componentes da relação de consumo; destacar os direitos básicos do consumidor, previstos no Código de Defesa do Consumidor; e distinguir de quem é a responsabilidade civil por possível dano causado pelo fato ou vício do produto e/ou serviço. Nas últimas décadas, o Código de Defesa do Consumidor, vem sofrendo algumas mudanças no que tange a uma maior segurança/proteção na relação de consumo para os denominados de consumidores. Tais mudanças/progressos têm sido reflexo do elevado número de reclamações perante aos órgãos de proteção ao consumidor (PROCON), visando no entanto, tentar diminuir o número de reclamações, sendo o Código de Defesa do Consumidor, mais severo para com os fornecedores e/ou prestadores de serviços, onde aventou uma matéria de ampla seriedade para a população brasileira, por se tratar de um tema que hodiernamente vem sendo bastante discutido e amparado com severidade pelo legislativo nacional, e que é de grande valia tanto em um âmbito social e econômico, quanto para o ordenamento jurídico brasileiro. Segue-se com a hipótese de que após a atribuição das novas reformas no Código de Defesa do Consumidor, aplicando os rigores nele previsto, no que diz ao dever ou não de indenizar do fornecedor de produtos e/ou serviços para com o consumidor, que vem decaindo no Brasil proporcionalmente com relação ao número elevado de relações de consumo, que vem aumentando cada vez mais nos últimos anos. Fato este, que veio dar ênfase na vulnerabilidade do consumidor, sendo ele hodiernamente considerado a parte mais fraca na relação, e que anteriormente era hipossuficiente, ou seja, não tinha muito conhecimento informativo, educacional e legislativo sobre o respectivo assunto. No tocante à justificativa, cabe salientar a relevância social e científica deste trabalho, em se tratando das crescentes transformações na seara do Código de Defesa do Consumidor, permitindo assim que se obtenha uma maior segurança/proteção na relação de consumo tanto para com o consumidor, que é vulnerável, quanto para o fornecedor, quando houver para este a excludente de responsabilidade. No mais, o estudo será teórico-empírico e qualitativo, baseado em fontes primárias e secundárias, e o método de pesquisa empregado é o hipotético-dedutivo.



Palavras-chave: Consumidor. Fornecedor. Vulnerabilidade. Responsabilidade Civil.



XII Simpósio de Pesquisa - ILES/ULBRA

PROTESTO INDEVIDO DE TÍTULOS DE CRÉDITO

Ana Paula Simões de Mendonça(1)

A presente pesquisa tem como tema: Protesto indevido de títulos de crédito, e procurará responder o seguinte problema: o protesto indevido de títulos de crédito acarreta o direito de indenização pelo dano moral causado? Contra quem demandar? O objetivo geral é demonstrar quem verdadeiramente participa de um protesto de títulos de crédito, e principalmente apresentar quem são os responsáveis civilmente por tal ato. E de forma a atingir essa meta, confirmando ou não a hipótese enunciada anteriormente, há de se cumprir especificamente, as seguintes etapas: explicar sobre o surgimento e o desenvolvimento histórico das obrigações quanto a natureza de dar, de fazer, e de não fazer e em relação ao seu vínculo e quanto ao seu fim, salientar ainda sobre o protesto de títulos de crédito, incluindo seu conceito, sua natureza jurídica, sua competência, seu local e destinatário de protesto, salientar ainda os requisitos e as funções principais para que se cumpra o protesto do título de crédito, discorrer a polêmica sobre o protesto indevido, apresentando as consequências que o mesmo pode trazer a pessoa física e a pessoa jurídica, evidenciando os tipos de protestos indevidos que mais ocorrem, mostrando assim o abalo que pode ocorrer com o devedor após o protesto indevido, discutindo também as outras consequências que podem ser acarretadas, e por fim buscar explicar quem verdadeiramente participa de um protesto de títulos de crédito, e principalmente apresentar quem são os responsáveis civilmente por tal ato, buscando conceituar Responsabilidade Civil bem como as espécies do mesmo, tentando alcançar sempre posicionamentos que se dirigem para a problemática, que é o Protesto Indevido. A pesquisa será bibliográfica, baseada em dados primários e secundários, por abranger o que já se publicou em torno do assunto, em livros, artigos, revistas, relatórios científicos, patentes, dissertações, revistas, teses, periódicos científicos, enciclopédias, dentre outros. O método adotado é o hipotético-dedutivo, já que por parte de uma formulação geral do problema, buscar-se-á posições científicas que sustente ou negue as informações apresentadas.

Palavras – Chave: Protesto Indevido; Responsabilidade Civil; Danos Morais.



XII Simpósio de Pesquisa - ILES/ULBRA

EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO: ISENÇÃO E ANISTIA

Nerival Bastos Rezende(1)

O presente trabalho desenvolverá o seguinte tema: A Exclusão do Crédito Tributário: Isenção e Anistia; e buscará responder ao seguinte problema: quais as situações nas quais a isenção e anistia podem ser aplicadas quando da necessidade de exclusão do crédito tributário? O objetivo geral é deslindar as informações acerca de tais processos demonstrando quais as situações em que a isenção e anistia são aplicáveis durante as contendas pertinentes ao estudo do crédito tributário. De modo específico é busca constante neste texto esclarecer sobre o sistema tributário constitucional; os princípios tributários como limitadores ao poder de tributar do estado; e o crédito tributário e a exclusão tributária. Procurará esclarecer as situações para a exclusão do crédito tributário, elencando os parâmetros históricos que permeiam a exclusão do crédito tributário, contexto de alteração da lei e situações de aplicabilidade legal, uma vez que o direito deve ser inalienável e universal, os conhecimentos destas modalidades de exclusão devem estar acessíveis a todas as esferas sociais. Este estudo justifica-se pelo fato de que parte população poderá um dia vir a passar por situações nas quais seja necessário regularizar sua situação perante a Poder Público e nem sempre o cidadão dispõe de recursos para tal, ou ainda conhece a lei em que envolve a exclusão do crédito tributário. A pesquisa adota a metodologia hipotético-dedutiva baseada em livros, artigos, revistas especializadas, teses, periódicos e outros, a fim de produzir a elucidação a que se propõe este trabalho.

Palavras-Chave: Análise. Acessibilidade. Direito.



XII Simpósio de Pesquisa - ILES/ULBRA

A RESPONSABILIDADE CIVIL DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE AÉREO

Rui Gobbi de CAMPOS (1); Thiago PALUMA (1)

Esta pesquisa tem como problema: Até que ponto as empresas aéreas são responsáveis pelas lesões causadas aos seus passageiros e como será a responsabilidade civil das mesmas? O transporte aéreo tem vários problemas, alguns mais sérios e outros amenos, que causam alguns desconfortos, ficando a dúvida do quanto é seguro utilizar esse transporte. O trabalho aborda a responsabilidade civil das empresas de transporte aéreo pelos danos causados aos seus consumidores, pois apesar da crise nesse setor, há problemas internos e externos que são vivenciados com frequência pelos usuários. Com a crise aérea, muitas empresas vêm alegando ser esse o causador dos problemas aos passageiros para se eximirem da responsabilidade. Porém, esse argumento não será válido, pois o Código Brasileiro de Aeronáutica traz que a responsabilidade do transportador por danos ocorridos durante a execução do contrato de transporte é do transportador. Assim não se exime o transportador da responsabilidade de indenizar todas as despesas decorrentes dos atrasos dos vôos, sem prejuízo de responsabilidade civil pelos danos advindos pelos mesmos. Para confirmar tal posicionamento, pode-se notar que os Tribunais de Justiça vêm dando pareceres favoráveis às ações indenizatórias contra empresas de transportes aéreos tendo em vista que há danos causados aos consumidores, sendo tanto danos materiais, quanto morais. O objetivo geral da pesquisa dá-se diante da omissão por parte das empresas de transporte aéreo em prestar os devidos auxílios aos passageiros/consumidores desses serviços, sendo esses auxílios tanto financeiros, quanto informativos, como nos casos de cancelamentos de vôos, problemas ao decolar, entre outros. A pesquisa ainda tem como objetivos específicos: Identificar a irresponsabilidade e o descaso das empresas de transporte aéreo com os seus passageiros; Demonstrar o caos existente no transporte aéreo e suas possíveis soluções para melhorar esse meio de transporte que está em constante evolução tanto tecnológica, quanto populacional; e Comparar as legislações internas e os tratados internacionais assinados entre países, que tratam da matéria de transporte aéreo e sua respectiva responsabilidade para com os seus consumidores. Nessa pesquisa será utilizado o método hipotético dedutivo, por meio de levantamento bibliográfico, baseado em dados primários e secundários. A interdisciplinaridade enquadra as seguintes disciplinas com o Direito Civil, Direito Constitucional, Direito Internacional, e Direito do Consumidor. Assim, conclui-se que diante todo o exposto o transportador aéreo tem sim o dever de indenizar as vítimas pelos danos causados aos seus usuários sendo que toda a legislação, tanto internacional quanto nacional que rege esse assunto, prevê essa obrigação de indenizar, e consequentemente os tribunais tem seguido essa posição, sendo esta de fácil visualização em seus julgados.



Palavras-Chave: Caos aéreo; Lesões; Reparação.



XII Simpósio de Pesquisa - ILES/ULBRA

A RELATIVIZAÇÃO DO DIREITO À PROPRIEDADE FRENTE ÀS NOVAS CONCEPÇÕES DE FAMÍLIA: USUCAPIÃO PRÓ FAMÍLIA

Fernanda Rodrigues Borges de FREITAS (1); Ana Paula LAZARINO (2)

A pesquisa tem como tema a lei 12.424 de junho de 2011, que inclui no sistema uma nova modalidade de usucapião. Este estudo consistirá em promover um estudo acerca dos vários debates jurídicos que aparecerão a respeito dessa nova lei que traz a modalidade de usucapião pro família, bem como analisar sua proposta diante da lei maior, a Constituição Federal do Brasil de 1988. Essa pesquisa buscará responder a seguinte problemática: a lei 12.424, afronta o direito a propriedade constitucional? Como objetivo geral, o presente estudo consistirá em analisar a usucapião pro família frente às questões constitucionais. Dentre os objetivos específicos destacam-se: conhecer as novas formas de família, demonstrar o conteúdo do direito de propriedade no que se refere às formas de usucapião, e analisar a constitucionalidade da lei. A realização do presente estudo justifica-se devido às inúmeras controvérsias que surgiram e surgirão em torno do assunto, já que se trata de um tema recente. A relevância social deste estudo se dá pela oportunidade de elaborar uma pesquisa científica em volta do tema em questão, buscando novos conhecimentos na área, informando a sociedade local dos últimos avanços em torno da temática. A nova lei instituiu nova modalidade de aquisição de propriedade por usucapião, através de prazos menores de apenas dois anos, o que faz com que a nova modalidade de usucapião dentre todas as outras, seja a de menor prazo previsto. Verifica-se que com a diminuição do prazo a tendência é de que haja uma maior celeridade na tomada de decisões. Com o presente trabalho será abordado o estudo doutrinário da matéria, em especial aos efeitos que surgirão na resolução de conflitos, onde é comum o cônjuge tomar iniciativa de abandonar o lar devido o fim do relacionamento, deixando para trás o domínio do imóvel comum, na qual não pretende abrir mão. Ressalva ainda que, em caso de disputa relativa ao imóvel, não se caracterizará posse ad usucapionem, podendo o cônjuge que abandonou o lar notificar o ex-consorte anualmente, demonstrando o seu interesse pelo bem, afastando assim a contagem do prazo. O estudo adotou o método hipotético-dedutivo, que tem como ponto de partida hipóteses que no decorrer da pesquisa serão comprovadas ou não. A pesquisa será teórico-empírica, baseada em fontes primárias e secundárias. A hipótese a ser seguida é que o mero afastamento do lar pelo o cônjuge ou o companheiro poderá ser considerado como critério de modificação ao princípio fundamental do direito à propriedade, ferindo as garantias estabelecidas pelo regime de bens e matrimônio do casal.

Palavras-chave: Lei 12.424. Propriedade. Constituição.



XII Simpósio de Pesquisa - ILES/ULBRA

(1) Bacharelado do curso de Direito do Instituto Luterano de Ensino Superior de Itumbiara - ILES/ULBRA. fernandaiub@hotmail.com

(2) Professora orientadora do curso de bacharelado em Direito do Instituto Luterano de Ensino Superior de Itumbiara - ILES/ULBRA.



XII Simpósio de Pesquisa - ILES/ULBRA

A COMUNICAÇÃO DO AUTISTA EM SALA DE AULA SEGUNDO SUA FAMÍLIA E SEUS PROFESSORES

Deiziane Batista SILVA (1); Keite Evelyn Simplício dos SANTOS (1); Geisa Rossi LELES (1); Vânia Tanús PEREIRA (1)

O presente trabalho de pesquisa abordou sobre o tema a comunicação do autista em sala de aula segundo sua família e seus professores, logo, os sujeitos desta pesquisa foram os professores e um representante da família. Neste sentido teve-se como objetivo geral identificar e compreender como ocorre a comunicação do autista em casa e na escola. Partiu-se de uma pesquisa bibliográfica, para dar suporte ao estudo de campo de cunho quanti-qualitativo e posteriormente, por meio de uma análise descritiva. O *corpus* da investigação é composto por questionários aplicados aos professores e aos pais de alunos. Os dados colhidos, nessas informações, foram analisados em consonância com as bases teóricas estudadas. O autismo impacta a família de muitas formas. Esta síndrome se apresenta de forma inquietante e o cuidado com a pessoa autista é muito exigente. Às vezes, a própria família sequer compreende o que exige essa questão, ou por falta de conhecimento ou por falta de recursos financeiros. A tolerância tem que ser infinita e todos os membros da família são atingidos por seu impacto. Constatou-se que ter um filho autista é uma experiência desgastante e arrasadora, que faz com que a família, em momentos de crise, sintam-se vivendo dentro de um verdadeiro tufão. Receita não existe, cada família e cada momento precisam ser enfrentados, utilizando os meios e os recursos que a própria vida ensina. Não é fácil ter um profissional da área nesses momentos e os pais, principalmente criam as suas próprias técnicas para superar o desespero de situação que prejudica a vida da criança e de todas as pessoas que a cercam. Para os professores entrevistados o maior desafio se encontra na comunicação verbal. No entanto a resposta obtida dos professores desta instituição pesquisada (50%) relataram que por meio de métodos diversos conseguem manter um bom nível de comunicação com os portadores de autismo, tais como métodos diversificados, como sons, imagens e informática. Os principais instrumentos para obterem a comunicação desses jovens são informática, gestos, linguagem e auxílio do professor de apoio, além de cartões indicadores, que fazem parte do método chamado Teacch, que é uma abordagem comportamental com apoio na psicolinguística e tem como objetivo facilitar a aprendizagem da pessoa com autismo a partir do arranjo ambiental. Quanto aos pais e demais membros da família apresentam os mesmos problemas ressaltados pelos professores, principalmente no caso da comunicação. Para os pais, movidos pelo amor, dizem conseguir ver expressões nos olhos destas crianças, eliminando o silêncio profundo que os caracterizam. A comunicação em casa nem sempre é satisfatória, pois, o estresse e o cansaço acabam por refletir na atitude de cada um. Trabalhar com crianças autistas requer persistência e sistematização de tarefas para que os resultados apareçam



XII Simpósio de Pesquisa - ILES/ULBRA

mais rapidamente. Evidenciou-se claramente que o apoio da família e das instituições é essencial e ainda que todos devam se a ter ao lema que orienta: acredite que é possível.

Palavras- chaves: Autismo. Professores. Família.

(1) Instituto Luterano de Ensino Superior de Itumbiara - ILES/ULBRA, Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, Itumbiara, GO, deiziane20tigresa@hotmail.com



XII Simpósio de Pesquisa - ILES/ULBRA

A REPRESENTAÇÃO DO AMOR NÃO ROMÂNTICO EM CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE

Thuany Santana VENÂNCIO (1); Élen Cristina PEREIRA (1); Denise de MORAES (1)

O Modernismo foi o período em que a necessidade de compreender o mundo transformado pela guerra e pelas crises sucessivas fez com se procurassem interpretar a realidade, tentando entender o dinamismo das relações do homem com o universo em que habita. Este período, explorado neste trabalho, teve como objetivo analisar a forma como Carlos Drummond de Andrade retrata o amor não romântico vivido, demonstrado nesta época. Neste período, Drummond em suas poesias procurava analisar o destino do ser humano como um todo, buscar conhecimento da alma humana. Este projeto se justifica pelo fato da importância de compreender como Drummond junto com o Modernismo em uma época de conflitos sociais, políticos e culturais, modificou a forma incondicional de se ver o amor tão conceituado pelo Romantismo. Analisamos a forma que ele retrata a realidade do amor não romântico na época modernista através dos poemas do livro *Algumas Poesias* de 1930: “*Toada do amor*”, “*As sem-razões do amor*”, “*Entre o ser e as coisas*”, “*Amar*”. Na análise realizada encontramos o amor não romântico através da constante variação de sentimentos entre o amor e o ódio; o amor e a monotonia; o amor e a confusão. A dependência do ser humano a este sentimento e a falta de sobriedade trazida quando não se encontra este sentimento na vida deles é também uma representação de que o amor nem sempre é romântico como retratado no período Romantismo. Para a valorização de seu texto Drummond traz a presença de muitas figuras de linguagem, como a sinestesia, antítese, metáfora, assonância. Este estudo é válido para pesquisadores e amantes da obra de Drummond na literatura brasileira.

Palavras-chave: Carlos Drummond de Andrade, Modernismo, amor não romântico.

(1) Instituto Luterano de Ensino Superior de Itumbiara - ILES/ULBRA, Curso de Letras, Itumbiara, GO, Brasil. tucotuca@hotmail.com



XII Simpósio de Pesquisa - ILES/ULBRA

INDISCIPLINA ESCOLAR NA ADOLESCÊNCIA

Bruna Lorena Santos ANDRADE (1); Fabiana Lourenço MIRANDA (1); Mariana Franco BORGES (1); Mayssa Almeida LUCENA (1); Rayssa Soares MENDES (1)

O adolescente por questões consideradas como “fase” ou “hormônios” estando ligadas à puberdade, passa por uma série de processos, questionando-se a própria existência. Mediante tal etapa da vida, os comportamentos apresentados por eles se diferem dos “normalmente” realizados antes e depois da adolescência. Tais condutas podem ser vistas como indisciplinadas, rebeldes e revoltadas apontando “conflitos interiores” e as descobertas de si mesmo e do mundo como uma das respostas para determinados comportamentos. Por existir inúmeras discussões relacionadas a tal assunto, este estudo buscou responder à problemática: Quais são os motivos que levam os adolescentes a serem indisciplinados? Apresentou como objetivo geral verificar em escolas municipais e particulares as possíveis queixas relacionadas a adolescentes indisciplinados, seguidos dos objetivos específicos: entrevistar dois professores da rede de ensino municipal e dois educadores de uma instituição escolar particular; conhecer a visão do tema indisciplina junto aos professores; observar uma sala de aula na qual haja queixa de indisciplina; comparar se o que foi observado pelas pesquisadoras condiz com a fala dos professores e destacar intervenções do psicólogo educacional aplicado ao tema de indisciplina. Dessa forma teve como método a pesquisa qualitativa, em que foi aplicado um questionário de onze perguntas a dois professores de cada rede: municipal e privada, do nono ano do ensino fundamental, a fim de verificar as possíveis causas das queixas de indisciplina relacionadas a esses adolescentes. A partir da coleta dos dados observou-se que os entrevistados apontaram as mudanças do período da adolescência como agente influenciador na indisciplina, julgando o psicólogo escolar como um profissional importante nesse contexto. Conforme as observações realizadas pelas pesquisadoras, notou-se que os alunos conversam demasiadamente em momentos inoportunos e inapropriados, não existindo qualquer correlação entre o diálogo paralelo e o assunto ministrado pelos professores. No entanto, ao terem a atenção apreendida por um assunto que os interessem, como ocorreu durante a observação da instituição particular, há tendência em amenizar a situação de conversa. Portanto, as mudanças ocorridas no período da adolescência como a puberdade, exercem positivamente uma grande influência sobre o comportamento do aluno dentro da sala de aula. Assim como se confirmou a hipótese inicial da motivação dos alunos como uma alternativa de diminuir essa situação, justificando-se esclarecer o papel desse profissional dentro da instituição escolar.

Palavras-chave: Adolescência. Indisciplina. Psicólogo Escolar.



XII Simpósio de Pesquisa - ILES/ULBRA

RELATO DOCENTE SOBRE QUESTÕES RELACIONADAS AO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO.

Leandro Henrique Ribeiro VARÃO (1); Amanda Gabrielle da SILVA (1); Thiago Alves Lopes SILVA (1, 2); Haienny Araújo da SILVA (1); Damilla Araújo SOUZA (1)

A educação é considerada um dos setores mais importantes para o desenvolvimento de uma nação, uma vez que esta permite ao indivíduo o desenvolver uma consciência crítica frente ao contexto em que se encontra inserido e adquirir habilidades técnico-científicas que possam ajudá-lo a inserir-se no mercado de trabalho. Dessa forma, a educação poderá promover a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e logo garantir uma diminuição das desigualdades sociais. Porém sabe-se que embora o Brasil tenha evoluído no campo educacional nas últimas décadas, o mesmo enfrenta alguns problemas no que tange a prática docente, dos quais cabe elucidar, a pouca valorização destes profissionais, elevado número de alunos nas salas de aula, aumento dos índices de violência contra os educadores, limitações da estrutura física e pedagógica das escolas. Neste contexto, o presente trabalho objetivou identificar as principais expectativas e implicações enfrentadas pelos educadores de uma escola pública estadual da cidade de Itumbiara-GO. A coleta dos resultados foi realizada no ano de 2009 por meio da aplicação de um questionário objetivo direcionado à 11 professores de diferentes áreas de conhecimento, o qual foi composto pelas seguintes questões: “(01) O que mais dificulta o trabalho do professor?; (02) Qual a maior dificuldade encontrada na sala de aula?; (03) Qual o primeiro passo para que a carreira de professor se torne mais atraente?; (04) No campo da educação, qual deve ser a prioridade dos próximos governantes?”. As questões elucidadas apresentavam cinco alternativas (a, b, c, d, e), das quais o docente entrevistado deveria assinalar apenas uma. Para aplicação do questionário, a qual ocorreu na sala dos professores da escola em estudo, despreendeu-se de aproximadamente 20 minutos. Os principais motivos que dificultam o trabalho do professor são: baixa remuneração (40,60%), violência nas escolas (25,80%), jornada de trabalho excessiva (9,9%) e falta de estruturas das escolas (3,1%). Frente ao segundo questionamento os professores entrevistados acreditam que as principais dificuldades enfrentadas na sala de aula resumem-se ao excesso de alunos (56,4%), falta de interesse dos discentes pela aprendizagem (20,9%), educandos com dificuldades na aprendizagem (14,4%), sucateamento das salas de aula (4,2%) e falta de material didático (4,1%). Quando questionados sobre o que fazer para tornar a carreira docente atraente, os mesmos afirmaram que a principal medida seria garantir um bom salário (52,9%), no entanto acreditam também que melhores condições de trabalho (16,3%), criação do plano de carreira (13,3%), reconhecimento social (11,6%) e investimentos em curso de formação continuada (5,3%). Por fim quando indagados quanto a prioridade dos próximos governantes para com a educação, os professores responderam



XII Simpósio de Pesquisa - ILES/ULBRA

que estes devem valorizar o professor (47,7%), ampliar o acesso à universidade (43%), investir na educação básica (40%), aumentar os recursos destinados à educação (4,9%) e dar continuidade aos programas atuais (0,7%). Diante dos resultados obtidos, pode-se dizer que as principais implicações referentes à carreira docente estão pautadas na má remuneração, jornada de trabalho excessiva, superlotação das salas de aulas, falta de investimentos na educação básica e deficiência na valorização do trabalho do docente, porém espera-se que os governantes atentem-se à verdadeira importância da educação para a sociedade passando a valorizar o professor e ampliar os investimentos direcionados para educação básica e superior.

Palavras-chave: Questionário. Docência. Educação.



XII Simpósio de Pesquisa - ILES/ULBRA

LEITURA NA WEB: PROMESSAS E DESAFIOS

José Leal NETO (1); Maria Aparecida BORGES (1); Naiane Santos PIRES (1);
Marlene Ribeiro GRACIANO (2)

O momento vivenciado pela sociedade está sendo marcado pelo advento de práticas de leitura e escrita digitais, fator este que certamente conduz professores, alunos e a escola a um estado ou condição diferentes daquelas praticadas no letramento da cultura impressa no papel. Entre os problemas que esse tipo de leitura apresenta, é a forma como a leitura é realizada na Internet que é um dos desafios para o processo de aprendizagem no século XXI tema de investigação desse estudo. Nesta pesquisa objetivou-se na análise da leitura na web empregada como ferramenta na educação, de forma a verificar a sua eficácia no aprendizado escolar, demonstrando seus aspectos positivos e negativos, bem como o interesse por essa modalidade de leitura. Tratou-se de uma pesquisa bibliográfica, tendo em vista que aborda o uso das tecnologias virtuais como meio de interação e métodos de aprendizagem em sala de aula, buscando desenvolver ideias e fundamentos teóricos acerca do assunto, bem como analisar e produzir dados com base na realidade fática. Além disso, pesquisa qualitativa, pois os dados foram compreendidos através da análise descritiva e subjetiva dos textos e opiniões de autores. Coleta de dados de fontes secundárias foi importante, por abranger publicações a respeito do assunto, livros e imprensa escrita os quais são analisados de acordo com o contexto atual. Dessa forma, notou-se possível a integração dos métodos tradicionais de ensino com as novas tecnologias, que fazem parte de uma visão inovadora no que diz respeito ao aprendizado. Ao professor, cabe, o papel de orientar na utilização correta desses meios, possibilitando que cada educando explore os conteúdos, desenvolvendo ao máximo suas habilidades de leitura e produção adquirindo conhecimento por uma perspectiva muito mais atualizada, interativa e revolucionária para a capacidade de analisar criticamente assuntos veiculados na web.

Palavras-chave: Tecnologia. Ensino. Escola.



XII Simpósio de Pesquisa - ILES/ULBRA

PAIXÃO AMOROSA E SENSUALIDADE – ESTILOS UTILIZADOS NAS POESIAS DE CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE

Maria Aparecida BORGES; Denise de Moraes MARTINS; Juliana de Oliveira ANDRETTA; Vanessa da Silva Ferreira FÉLIX(1); Marlene Ribeiro GRACIANO(1)

Este trabalho de pesquisa sobre Carlos Drummond de Andrade apresenta um amplo conjunto de poesias e escritos eróticos e justifica-se sua escolha por se tratar de um assunto polêmico assim sendo, foi o escolhido como objeto de estudo para a elaboração do trabalho vigente. O objetivo desta análise foi demonstrar o contexto histórico social da época em que as poesias foram escritas, provendo a sua descrição e sua decomposição, bem como explicitar as diferenças e semelhanças na apresentação da paixão e sensualismo nas poesias analisadas. Outro ponto de destaque abordado na análise foi a problemática de contornos radicais do estilo de Drummond em poemas pornográficos visto ser o autor uma figura severa e tímida. A pesquisa em questão se pautou na análise qualitativa dos dados que foram compreendidos por meio da análise descritiva e subjetiva dos poemas. Com este trabalho pode-se constatar que Carlos Drummond de Andrade em suas poesias sensuais e eróticas, retratou o seu impulso de sensualidade e erotismo de forma sutil, transformando seus versos em pura arte, relatando seus pensamentos picantes e pitorescos. Foi observado também como Drummond se radicalizava no uso das palavras, pois no mesmo verso que usa de um erotismo depravado, finaliza de forma romântica e profunda. Percebeu-se ainda que Drummond utiliza senso de humor e sensualidade para escrever suas poesias, entretanto, ficou mais evidente que o erotismo e a paixão foi a temática mais presente em seus poemas.

Palavras-chave: Paixão. Sexualidade. Humor.



XII Simpósio de Pesquisa - ILES/ULBRA

A ANIMIZAÇÃO NA LITERATURA BRASILEIRA

Élen Cristina PEREIRA (1); Thuany Santana VENÂNCIO (1)

Animizar é o mesmo que animar, tornar-se espírito pensante, com ânimo, vida. À luz das narrativas, os animais são considerados como pessoas, seres humanos, dotados de apanágios próprios dos homens, como medo, racionalidade, respeito, amor. Qualquer um desses animais é possuidor de personalidade própria. A pesquisa responde ao seguinte problema: de que maneira Graciliano Ramos e Guimarães Rosa se utilizam do recurso da animização em *Vidas Secas* e em *Conversa de Bois*? Apontamentos revelam a real existência de diferenças na forma de os autores explorarem o recurso. Baseamos na hipótese de que, se os autores pertencem à mesma época literária, porém a gerações distintas, há necessariamente um modo diferente de trabalharem-no. Confrontamos as obras, enfocando determinadas peculiaridades ao tratarem da animização. Nesse sentido, propiciamos uma compreensão dos estilos literários de cada autor, bem como situamos o conceito de animização. Registramos, também, o nível de interdisciplinaridade, relacionando o conteúdo da pesquisa com disciplinas como Linguística e Língua Portuguesa. A pesquisa baseou-se no colhimento de dados bibliográficos, tomando como pilares de conhecimento a leitura e a análise de fontes bibliográficas. Conseguimos traçar diferenças entre os estilos, pelo que relatamos a forma “enxuta” de Graciliano e o linguajar regional de Guimarães. Quanto à animização, Graciliano confere à cachorra Baleia um ser pensante, de personalidade comparável à de seus donos e com considerável nível de expressão. Guimarães, por sua vez, procura desenvolver a psicologia dos animais, que são tidos como possuidores de aptidões intelectuais quase semelhantes às dos homens. Os bois não agem, “pensam” ou “falam” como os homens, mas sim como nós podemos imaginar, com o recurso da intuição, que eles o fariam se realmente pudessem. Esta pesquisa destina-se aos apreciadores da Literatura Brasileira.

Palavras-chave: Animização. *Vidas Secas*. *Conversa de Bois*.

(1) Instituto Luterano de Ensino Superior de Itumbiara - ILES/ULBRA, Curso de Letras, Itumbiara, GO, Brasil. elencris_pereira@yahoo.com.br



XII Simpósio de Pesquisa - ILES/ULBRA

A ANIMIZAÇÃO NA LITERATURA BRASILEIRA

Élen Cristina PEREIRA (1); Thuany Santana VENÂNCIO (1)

Animizar é o mesmo que animar, tornar-se espírito pensante, com ânimo, vida. À luz das narrativas, os animais são considerados como pessoas, seres humanos, dotados de apanágios próprios dos homens, como medo, racionalidade, respeito, amor. Qualquer um desses animais é possuidor de personalidade própria. A pesquisa responde ao seguinte problema: de que maneira Graciliano Ramos e Guimarães Rosa se utilizam do recurso da animização em *Vidas Secas* e em *Conversa de Bois*? Apontamentos revelam a real existência de diferenças na forma de os autores explorarem o recurso. Baseamos na hipótese de que, se os autores pertencem à mesma época literária, porém a gerações distintas, há necessariamente um modo diferente de trabalharem-no. Confrontamos as obras, enfocando determinadas peculiaridades ao tratarem da animização. Nesse sentido, propiciamos uma compreensão dos estilos literários de cada autor, bem como situamos o conceito de animização. Registramos, também, o nível de interdisciplinaridade, relacionando o conteúdo da pesquisa com disciplinas como Linguística e Língua Portuguesa. A pesquisa baseou-se no colhimento de dados bibliográficos, tomando como pilares de conhecimento a leitura e a análise de fontes bibliográficas. Conseguimos traçar diferenças entre os estilos, pelo que relatamos a forma “enxuta” de Graciliano e o linguajar regional de Guimarães. Quanto à animização, Graciliano confere à cachorra Baleia um ser pensante, de personalidade comparável à de seus donos e com considerável nível de expressão. Guimarães, por sua vez, procura desenvolver a psicologia dos animais, que são tidos como possuidores de aptidões intelectuais quase semelhantes às dos homens. Os bois não agem, “pensam” ou “falam” como os homens, mas sim como nós podemos imaginar, com o recurso da intuição, que eles o fariam se realmente pudessem. Esta pesquisa destina-se aos apreciadores da Literatura Brasileira.

Palavras-chave: Animização. *Vidas Secas*. *Conversa de Bois*.

(1) Instituto Luterano de Ensino Superior de Itumbiara - ILES/ULBRA, Curso de Letras, Itumbiara, GO, Brasil. elencris_pereira@yahoo.com.br



XII Simpósio de Pesquisa - ILES/ULBRA

COMO OS PROFESSORES RECONHECEM CRIANÇAS E JOVENS QUE SOFRERAM ABUSO SEXUAL.

Aline Nayara de Oliveira SIQUEIRA (1); Ana Laís Pereira de ALCANTARA (1); Andressa da Silva CABRAL (1); Dwlliam Barros DUARTE (1); Vânia Tanús PEREIRA (1)

O presente trabalho aborda um assunto polêmico que é o de como reconhecer alunos que sofreram abuso sexual no intuito de prevenção. Assim sendo, tomando como objetivo investigar se as escolas onde os entrevistados lecionam possui algum tipo de orientação sobre o abuso sexual infantil. Tendo como justificativa a possibilidade de uma ação do professor após o reconhecimento, para que, por meio de denúncia, seja feita a justiça. Procurou-se buscar por meio de estudos bibliográficos como se podem construir uma parceria entre família, escola e professor, no reconhecimento de casos de abuso sexual. Por meio de um questionário, foi feita a investigação para ter informação se existe uma orientação sobre o assunto abuso sexual aos pais e mestres nas escolas, numa forma de prevenção. Sendo assim, com a análise dos dados obtidos com a pesquisa, obteve-se a percepção de que o professor é fundamental para diagnosticar se há casos de abuso sexual. Demonstrou, além disso, que o professor entrevistado é muito interessado nessa luta contra o abuso sexual infantil. Com essa finalidade, o trabalho teve como relevância a importância do professor juntamente com a escola e a família para reconhecer o aluno que sofreu abuso e, dessa forma, ajudá-lo a superar esse constrangimento e, o principal, denunciar o abusador para que seja feita a justiça. Nessa direção concluiu-se que se deve tratar de forma especial a criança, ou seja, protegê-la e, como educadores, devem-se, a cada dia, ajudar no reconhecimento desses casos para que haja uma perceptível diminuição dos mesmos.

Palavras-chave: Professores. Escola. Abuso Sexual.



XII Simpósio de Pesquisa - ILES/ULBRA

A PROVA PERICIAL NOS JUIZADOS ESPECIAIS

Ana Paula DANTAS (1)

A Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995, dispõe sobre os juizados especiais cíveis e criminais. Trata-se de uma lei revolucionária no campo do Direito Penal e Processual, de maneira específica no que diz respeito aos Juizados Especiais Cíveis. Para que se possa buscar a chancela jurisdicional do Estado, tem-se o dever inicial de saber se este ou aquele Juízo que irá socorrer tem autoridade legal para processar e julgar o pleito. É isto, em forma primária de ensinar, o que se denomina, em Direito, a verificação da competência. O Juizado Especial surgiu e revolucionou radicalmente e quebrou o tabu, de que somente as pessoas que possuem poder aquisitivo, possuem acesso à Justiça, e principalmente, para que todos, aqueles que buscarem seus direitos, encontrem a merecida Tutela Jurisdicional do Estado. O Estado precisa cumprir seu papel de oferecer a Tutela Jurisdicional a todos os indivíduos, sem exclusão de nenhum cidadão. Por isso, é inconcebível que ainda existam indivíduos que vêm seus direitos perecerem por falta de acesso aos Tribunais, principalmente os menos favorecidos economicamente. Todos os cidadãos brasileiros possuem os mesmos direitos, no que diz respeito à Tutela Jurisdicional do Estado, sendo que é papel do Estado oferecê-la, sem nenhuma distinção. Definindo o espírito e o objetivo do novo órgão jurisdicional, estabeleceu-se que o processo a ser aplicado no Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando-se, sempre que possível, a conciliação ou a transação. A tutela jurisdicional é prestada por meio de uma série de atos que se interligam. O autor pede, o juiz ouve a outra parte, colhe provas e decide. A prestação jurisdicional é realizada, portanto, por meio de um processo. Aponte-se aqui o problema deste trabalho: quais são os limites da competência do Juizado Especial? Este trabalho justifica-se pela necessidade de demonstrar aos cidadãos que a organização, composição e competência dos Juizados Especiais, principalmente a sua competência, estão exaustivamente previstas e descritas na lei federal, que a legislação não poderá inovar. De maneira especial no que diz respeito aos Juizados Especiais Cíveis, e devido seu caráter prático, contribuiu sem dúvida, para o combate da lentidão e burocracia da Justiça brasileira. Nesta direção, o objetivo geral do trabalho é identificar os limites da competência do Juizado Especial. Para alcançar o objetivo geral, tem-se como objetivos específicos: discorrer sobre a criação dos Juizados Especiais pelos Estados; falar a respeito da competência do Juizado Especial; apresentar as causas da competência do Juizado Especial; identificar o papel da prova pericial nos Juizados Especiais Cíveis e Criminal. A pesquisa consistirá basicamente em uma pesquisa bibliográfica, realizando a confrontação das diversas abordagens, utilizar-se-á o método indutivo, baseando-se em dados secundários.



XII Simpósio de Pesquisa - ILES/ULBRA

Palavras-chave: Juizados. Prova pericial.

(1) Instituto Luterano de Ensino Superior de Itumbiara – ILES/ULBRA, Curso de Direito, Itumbiara, GO, Brasil. anapauladantas44@hotmail.com



XII Simpósio de Pesquisa - ILES/ULBRA

O PARTO ANÔNIMO E SUAS CONSEQUÊNCIAS EM RELAÇÃO AO FILHO GERADO

Roberta Bueno BALIEIRO (1); Ana Paula Lazarino OLIVEIRA (2)

O presente estudo procura responder a seguinte questão: quais as consequências jurídicas para o filho de uma mãe que opta pelo parto anônimo? Tendo como base os direitos garantidos à criança, sendo que com tal instituto a mãe não possui nenhum vínculo com seu filho. Para o desenvolvimento do projeto é necessário, a título de objetivo geral, analisar o instituto do Parto Anônimo frente à figura do filho, e ainda desenvolver os seguintes objetivos específicos: compreender a família na atualidade; conhecer o instituto do Parto Anônimo; e estabelecer as consequências para o filho da mãe que opta pelo tal instituto. Com a finalidade de se alcançar os objetivos do presente projeto, serão utilizados como marco teórico a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, que dizem a respeito dos pilares que sustentam o Parto Anônimo, abrangendo todos os direitos inerentes à criança gerada, nas condições do Parto Anônimo. O objetivo em se resguardar o direito à dignidade da pessoa humana é mais relevante ao de reconhecimento de sua herança genética. Deve ser dado à criança o direito de ter uma oportunidade para ter uma vida digna, devendo ser analisada todas as consequências para ela a fim de se optar para o que seja melhor. O presente estudo é importante, pois é uma questão de extrema relevância para a sociedade, sendo um assunto que causa grande indignação perante todos. Dar à criança o seu direito à vida é o cerne imprescindível que norteia tal instituto. A pesquisa envolve interdisciplinaridade alguns ramos do direito, como o Direito Constitucional e o Direito de Família, utilizando-se também o método hipotético dedutivo visto que há uma hipótese preliminar, no qual se tem uma visão do geral para o particular e ainda mostrará um conjunto de hipóteses para que se possa alcançar a solução do problema. E ainda o método histórico, sendo a pesquisa exploratória de forma bibliográfica, tendo sempre como norteadores doutrinadores aptos para embasarem o assunto em questão. Portanto com o presente estudo a hipótese do problema apresentado pode ser confirmada, visto que já existe um projeto de lei que visa regularizar o Parto Anônimo, tendo como meta resolver os problemas inerentes a tal assunto.

Palavras-chave: A Família Atual. Dignidade da Pessoa Humana. Parto Anônimo.



XII Simpósio de Pesquisa - ILES/ULBRA

A PRESCRIÇÃO DOS DANOS MORAIS E MATERIAIS NO DIREITO TRABALHISTA

Jessiane Aparecida PEREIRA (1); Gustavo Ebraim da Costa RIBEIRO (1); Laís Dias DINIZ (1); Leandro Silva BORGES (1); Vanessa PEREIRA (1)

O tema referente à prescrição dos danos morais e materiais no Direito Trabalhista, traz o problema sobre qual prazo prescricional deve se aplicar nos casos de danos morais e materiais: a prescrição do Código Civil ou da Constituição Federal e CLT. Tendo em vista que os direitos trabalhistas são propostos na Justiça Especial, porém os danos materiais e morais, em geral, são de matéria Civil, este estudo justifica-se pelo fato que a prescrição desses danos ocorridos em local de trabalho fica a mercê das duas matérias de Direito. Temos como hipótese, a prescrição de danos previstos no Código Civil, que, conforme o artigo 206 do CC, §3º inciso V, é de 3 anos, e não de 2 como prevê a Constituição Federal em seu artigo 7º, porque mesmo praticado o dano em decorrência da relação de emprego e, em consequência, sendo a Justiça do Trabalho a competente para julgar os pedidos respectivos, trata-se de uma ação de caráter pessoal e, portanto, aplicáveis as normas do Código Civil brasileiro. Nesse sentido, o objetivo geral da pesquisa é saber qual o prazo prescricional em relação aos danos morais e materiais aplicados no Direito do Trabalho, e de forma a atingir essa meta, confirmando ou não a hipótese que foi apresentada no Projeto de Pesquisa, há que se cumprirem, especificadamente as seguintes etapas: analisar as hipóteses do Código Civil e da Constituição; verificar as jurisprudências dominantes em relação ao problema para melhor entendimento do que se está adotando; comparação e análise crítica das diferentes jurisprudências e pensamentos doutrinários a partir de exemplos ou modelos. A pesquisa é de cunho bibliográfico, baseada em fontes primárias e secundárias. Como modo de analisar o objeto de estudo em suas características, a pesquisa insere-se sob um enfoque interdisciplinar, porém com afinidades do conhecimento, como Direito do Trabalho, Direito Processual Trabalhista, Direito Civil e Direito Constitucional. O Direito do Trabalho é matéria a ser discutida tendo em vista as relações de trabalho e o estudo embasado na CLT; o direito Processual Trabalhista juntamente com o Direito Civil, é a principal discussão presente no projeto, já que se tem como problema a divergência sobre qual prescrição a ser adotada nos danos morais e materiais, que aliado ao Direito Constitucional dá base à discussão já que esta é omissa ao assunto. Seguidas essas etapas, embasados no marco teórico que é Raimundo Simão de Melo, concluímos que a prescrição por danos morais e materiais é de 3 anos conforme o Código Civil.

Palavras-chave: Prescrição. Danos. Trabalhista.



XII Simpósio de Pesquisa - ILES/ULBRA

AS INOVAÇÕES PENAIS SOB O ENFOQUE DAS MEDIDAS CAUTELARES

Flávia Lígia S. Torres OLIVEIRA (1)

O presente estudo, cujo tema é “as inovações penais sob o enfoque das medidas cautelares”, buscará responder ao seguinte problema: quais as (in) aplicabilidades das inovações trazidas pela Lei nº 12.403/11 quanto às medidas cautelares? O objetivo geral desta pesquisa é elencar as penas dispostas no Código Penal e os específicos são analisar a Lei nº. 12.403/11; verificar o real cumprimento das medidas cautelares e fazer um comparativo da lei anterior com a atual. O desenvolvimento deste trabalho se faz importante por tratar de um tema em destaque após a entrada em vigor da Lei 12.403/11, que inovou quanto à possibilidade de medidas cautelares alternativas à prisão. Tema que gerou profundas dúvidas na sociedade, quanto a ocorrência de impunidade dos infratores. A presente pesquisa será realizada pelo método de pesquisa exploratória e bibliográfica, buscando nas fontes primárias (legislação) e secundárias (doutrinas) os elementos necessários à análise do tema. O sistema carcerário brasileiro sofre de superlotação, sendo necessários investimentos bilionários por parte do governo, seja na construção de novas unidades prisionais ou na manutenção das já existentes. As causas da superlotação não se resumem ao aumento da violência no país, trata-se de uma falha em todo o sistema penitenciário brasileiro. Assim sendo, é evidente que a reforma do Código de Processo Penal em vigor desde 1941 se fazia extremamente necessária. A Lei 12.403 entrou em vigor em maio de 2011 e inovou o Código de Processo Penal por trazer em seu texto a possibilidade da aplicação de nove medidas cautelares alternativas à prisão. A sociedade brasileira, profundamente, marcada pela impunidade de infratores, tem visto a nova lei como mais uma ameaça às normas sociais. No entanto, é necessário um estudo mais aprofundado do tema para sanar as dúvidas. O presente estudo ressaltará que as mudanças promovidas pela referida lei trouxeram benefícios para a sociedade, permitindo ao acusado gozar do princípio da não culpabilidade, garantido constitucionalmente. As medidas cautelares alternativas à prisão têm como benefício maior reduzir a população carcerária provisória, decorrentes da morosidade da justiça. Cabe ressaltar que o custo mensal com um presidiário é elevado, desviando o investimento em outras áreas governamentais. Sendo mais barato para o Estado investir em fiscalização eletrônica do que manter um preso provisório. As inovações trazidas pela Lei 12.403/11 proporcionam ao sistema judicial maior eficiência, pois possibilita ao juiz adoção de medidas alternativas à prisão, que evitarão a superlotação das cadeias.

Palavras-chave: Processo Penal. Medida Cautelar. Superlotação.



XII Simpósio de Pesquisa - ILES/ULBRA

O BULLYING E A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS ESTABELECIMENTOS PRESTADORES DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS

LAÍS VILELA BORGES(1)

A pesquisa tem como tema o bullying e a responsabilidade civil dos estabelecimentos prestadores de serviços educacionais, tema este de grande importância e relevância social, que desafia grandes profissionais a entender essa discriminação que poderá causar grandes transtornos no decorrer da vida de quem passa por esse tipo de constrangimento. A partir do que foi acima colocado, o grande desafio é saber se as escolas podem ou não serem responsabilizadas pelo bullying? O trabalho de pesquisa tem como objetivo geral a responsabilidade que se pode imputar à escola nesse conflituoso processo. Para analisar tal temática, tem como objetivos específicos: analisar o papel das escolas diante das atitudes dos estudantes (criança/adolescente); verificar como controlar, prevenir ou reprimir a prática do Bullying sem que se imponha um rigoroso excessivo e formal a ambientes tradicionalmente informais e liberais, como é o escolar e estudar a legislação, projetos de lei e jurisprudência sobre responsabilidade civil das instituições de ensino frente às práticas de bullying entre seus alunos. A forma de pesquisa será teórica qualitativa consistente na revisão bibliográfica, de dados primários e também secundários, tendo em vista o vasto material disponível, sendo encontradas publicações em torno do assunto do presente projeto de pesquisa, em livros, revistas, monografias, teses, jurisprudências, artigos de internet, entre outros. O método científico adotado será na condução da investigação hipotético dedutivo, partindo da análise de argumentos inquestionáveis de varias disciplinas, para se chegar à conclusão. Portanto o objeto do estudo mostra-se interdisciplinar, uma vez que serão necessárias análises de temas da psicologia, direito civil, direito constitucional e da sociologia. Como hipótese tem-se que a escola enquanto participante da formação do indivíduo, e tendo-os também sob sua responsabilidade deve ser responsabilizada por tais práticas, já que se dão no ambiente escolar. Justifica-se a presente pesquisa acerca de tão importante tema pela extrema relevância tanto para as Instituições de ensino brasileiras, quanto para as diversas esferas da sociedade, bem como para o bom convívio entre os cidadãos e para todos os ramos do direito para que seja respeitada a Constituição Federal, principalmente no tangente ao principio da igualdade e nos direitos da personalidade.

Palavras-Chave: discriminação, prevenção, transtorno-psicológico.



XII Simpósio de Pesquisa - ILES/ULBRA

A NECESSIDADE DE ABRANGÊNCIA DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS FACE À DECADÊNCIA DAS PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE

Leandro Borges Arantes(1); Auriluce Pereira Castilho(1)

A pesquisa monográfica produzida procura responder a seguinte questão: Uma maior abrangência das penas restritivas de direitos é solução viável para substituir a falida pena privativa de liberdade? O objetivo geral da pesquisa é demonstrar a urgente necessidade de maior extensão das penas restritivas de direito, vez que a pena privativa de liberdade não cumpre suas funções primordiais. A pesquisa tem ainda como objetivos específicos: Fazer um paralelo entre Direito Penal e Constituição Federal, destacando os princípios pertinentes; Conceituar pena, suas finalidades e os tipos existentes na legislação brasileira; Analisar a Lei de Execução Penal Brasileira, ressaltando os direitos e deveres do condenado, assim como fazer uma análise crítica da realidade encontrada no Brasil. Uma das funções da pena é a reintegração do condenado na sociedade. Todavia, a restrição da liberdade pode trazer problemas psíquicos e corpóreos irreparáveis ao delituoso, de forma que este, ao invés de ressocializar-se, tornar-se uma pessoa pior do que antes. A atual situação do sistema penitenciário brasileiro somente agrava a situação, uma vez que os condenados e até mesmo os presos provisórios têm seus direitos constitucionalmente consagrados totalmente violados. Neste sentido, a realização do presente estudo justifica-se pela real necessidade de aumentar as ocasiões em que as penas privativas de liberdade poderão ser substituídas pelas restritivas de direitos, permitindo, dessa forma, que o indivíduo possa pagar pelo mal causado sem, contudo, ser privado de seus direitos elementares. Foi utilizado o método hipotético-dedutivo, eis que o trabalho desenvolveu-se em torno da hipótese lançada inicialmente, sendo esta confirmada ao final. A pesquisa é bibliográfica, baseada em dados primários e secundários, por analisar artigos de lei e abranger o que já se publicou em torno tema, sob o enfoque interdisciplinar por versar matéria como Direito Constitucional, Direito Penal e Processual Penal, Direitos Humanos e Legislação Especial. Pode-se concluir que a pena privativa de liberdade não é capaz de reintegrar o condenado à sociedade. O sujeito que possui sua liberdade cerceada é incapaz de torna-se uma pessoa melhor. Uma maior extensão da aplicabilidade das penas restritivas de direitos pode representar uma solução para a questão.

Palavras-Chave: Restrição de Liberdade. Dignidade da Pessoa Humana. Ressocialização.



XII Simpósio de Pesquisa - ILES/ULBRA

COMÉRCIO ELETRÔNICO E A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR NAS RELAÇÕES DE CONSUMO

Amanda Assunção Goulart dos SANTOS(1)

O tema referente ao Comércio Eletrônico e a Proteção do Consumidor nas Relações de Consumo analisa se há a proteção devida do consumidor nas relações de consumo traçando-se o seguinte problema: Qual a segurança jurídica no comércio eletrônico? O objetivo geral do estudo é achar um meio que faça com que as pessoas tenham segurança em um ato de compra e venda no comércio eletrônico, partindo dos princípios da informação e da qualidade de produtos e serviços destacando-se a importância do Código de Proteção e Defesa do Consumidor nas relações de consumo. Assim foram traçados os objetivos específicos onde conceitua o comércio eletrônico bem como suas derivações, os meios de proteção e defesa do consumidor nas compras virtuais mencionando a legislação aplicada nas relações de consumo e discorrer acerca do direito de arrependimento. A relevância deste estudo justifica-se em razão do grande número de ações propostas na Justiça no tocante à compra e venda de produtos ou até mesmo de serviços via internet, principalmente de sites não confiáveis. O trabalho tem como referencial teórico os autores Ada Pellegrini Grinover, Kazuo Watanabe e Nelson Nery Júnior, especificadamente na obra Código Brasileiro de Defesa do Consumidor Comentado. No referido livro, os autores fazem comentários pertinentes ao artigo 49 do CDC, artigo este objeto do presente trabalho. A elaboração desta pesquisa dar-se-á através do método hipotético-dedutivo, onde se busca conclusões mais amplas e complexas, adotando meios interdisciplinares, tendo como base ramos do direito, sendo eles: Código de Defesa do Consumidor e Direito Civil. Esta pesquisa enfatiza especificadamente o consumidor nas relações de consumo onde dispõe questionamentos em relação ao prazo para troca de certo produto e a legislação cabível nas relações de consumo. O pressuposto principal desse assunto é que o consumidor está despreparado e desprevenido para comprar do que quando decide ir ao estabelecimento. Tal pressuposto, denominado oferta e publicidade faz com que o fornecedor chame (ainda que indiretamente) a todo o momento o consumidor para adquirir produto ou serviço, ou seja, as compras podem ocorrer na maioria das vezes por impulso. Resta claro e evidente que a lei precisava protegê-los. Inicia então uma discussão em relação ao direito do consumidor bem como sua proteção quando o assunto é relação de consumo com o uso de obras por parte de estudantes e sociedade em geral.

Palavras-chave: Comércio Eletrônico. Proteção. Consumidor.



XII Simpósio de Pesquisa - ILES/ULBRA

A RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR E OS TRABALHADORES NO CORTE DE CANA-DE-AÇÚCAR

Kamila de Oliveira SÁ(1); Ana Paula Lazarino OLIVEIRA (1)

O presente projeto de pesquisa, cujo tema é a responsabilidade civil do empregador e os trabalhadores no corte de cana-de-açúcar, e procurará responder, mais especificamente, ao seguinte problema: Qual a responsabilidade civil do empregador em relação às doenças ocupacionais ou equiparadas nos trabalhadores no corte de cana-de-açúcar? A relevância deste estudo justifica-se, dado seu aspecto social e acadêmico. Refletir constantemente sobre a responsabilidade civil do empregador no tocante ao direito trabalhista, à indenização material e moral relacionada às doenças ocupacionais ou equiparadas justifica-se à medida que esse tipo de procedimento teórico contribui para a formação de novas gerações de juristas e também para a crítica dos conhecimentos adquiridos por eles. A presente pesquisa possui um objetivo geral: analisar a responsabilidade civil do empregador em relação às doenças ocupacionais ou equiparadas nos trabalhadores no corte de cana-de-açúcar. Para isto, decomposmos este em objetivos específicos, o que facilitará o entendimento e pesquisa. São objetivos específicos: estudar a responsabilidade civil em sentido amplo; identificar o nexo causal da atividade perigosa relacionando com a responsabilidade do empregador; correlacionar às doenças ocupacionais ou equiparadas com a responsabilidade civil objetiva do empregador. Para atingir os objetivos acima propostos, serão utilizados como fundamento teórico Carlos Roberto Gonçalves (1995) e Silvio Salvo Venosa (2003), que trabalham a responsabilidade civil do empregador, obras que trazem detalhadamente conceitos imprescindíveis para o desenvolvimento da pesquisa. A investigação tem enfoque interdisciplinar, abrangendo diversos ramos do Direito, principalmente o Direito do Trabalho, já que é essa a parte do Direito Brasileiro que será estudada no presente projeto. O estudo do tema tem ligações também com o Direito Civil. O método de pesquisa que será utilizado é o hipotético-dedutivo, tendo-se em vista que possui um procedimento racional que varia de uma visão geral para a particular e um procedimento experimental que transita de uma visão particular para a geral, elegendo um conjunto de hipóteses que poderão ser comprovadas ou não, mediante a experimentação, ou seja, o projeto apresentará algumas hipóteses para a solução do problema. Para responder ao problema proposto, buscará em alguns fatores que circundam a questão da responsabilidade civil do empregador em relação às doenças ocupacionais ou equiparadas dos trabalhadores no corte de cana-de-açúcar.

Palavras-chave: Lavoura. Atividade de Risco. Responsabilidade.